

RELATÓRIO TÉCNICO
GRUPO 1



EDUCAÇÃO
DO CAMPO

DIRETRIZES MUNICIPAIS

Me. Antoniclebio Cavalcante Eça
Dra. Julia Maria da Silva Oliveira
Me. Vilma Aurea Rodrigues



EDUCAÇÃO DO CAMPO

DIRETRIZES MUNICIPAIS

RELATÓRIO TÉCNICO - GRUPO 1

DIRETRIZES MUNICIPAIS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO - DMEC

Coordenadores Territoriais Grupo 1:

Me. Antoniclebio Cavalcante Eça - DIFORT/UESB

Dra. Julia Maria da Silva Oliveira - DCIE/UESC

Me. Vilma Aurea Rodrigues - GEPEMDECC/UESB

EQUIPE DE FORMADORES/COORDENADORES TERRITORIAIS - GRUPO 1



ANTONICLEBIO CAVALCANTE EÇA

Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (PPGE/UESB), Especialista em Docência do Ensino Superior e Mídias na Educação (UESB). Licenciado em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Professor da Educação Básica, Coordenador Território de Identidade do Formacampo-Bahia. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Didática, Formação e Trabalho Docente-DIFORT/CNPq, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação-PPGE/UESB.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4122754790927748>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3818-0660>

E-mail: antoniclebio@hotmail.com



JULIA MARIA DA SILVA OLIVEIRA

Doutora em Educação pela Université de Montréal (UdeM) - Québec - Canadá. Mestre em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Licenciada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Santa Cruz. Professora Titular no Departamento de Ciências Educação, da Universidade Estadual de Santa Cruz -UESC - Ilhéus/Bahia. Coordenadora do Centro de Estudos, Pesquisa e Extensão em Ciências Humanas (CEPECH) - DCIE/UESC. Membro do Grupo de Pesquisa Cyberxire: Redes Educativas, Juventudes e Diversidade na Cibercultura e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Movimentos Sociais e Educação do Campo e da cidade (GPEMDECC) - UESB.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1050423910946459>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4596-819X>



VILMA AUREA RODRIGUES

Mestra em Ensino pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, Especialista em Alfabetização e Coordenação Pedagógica pela FACUMINAS, Graduada em Normal Superior pela Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES, Matemática pela Universidade Metropolitana de Santos - UNIMES. Atua como professora dos anos iniciais e finais do ensino fundamental na Rede Pública de Ensino. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Movimentos Sociais e Educação do Campo e Cidade (GPEMDECC/UESB) e do Grupo de Estudos e Pesquisa Legados, Africanos, Relações Étnico-raciais Contemporâneas e Legislação Educacional (GEPER/UESB), registro no CNPq.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9183477330249662>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0141-9308>

E-mail: vilmaaurea@gmail.com

COORDENAÇÃO GERAL

GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS MOVIMENTOS SOCIAIS, DIVERSIDADE E EDUCAÇÃO DO CAMPO E CIDADE – GEPEMDECC

Coordenadora: Arlete Ramos dos Santos

PARCERIAS

PROJETO FORMAÇÃO DE EDUCADORES DO CAMPO – DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO (DCIE/UESC)
Coordenação: Cornélia Guimarães e Júlia Maria da Silva Oliveira

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGED/UESB
Coordenação: Núbia Regina Moreira
Vice-Coordenação: Nilma Margarida de Castro Crusoé

APOIO

UNIÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO (UNDIME/BA)
Presidente: Raimundo Pereira Gonçalves Filho
Vice-Presidente: Anderson Passos dos Santos
Equipe de coordenação Undime/Formcampo:
Renê Silva
Marcos Paiva Pereira
Higro Souza Silva
Magno Bastos

EQUIPE DE COORDENADORES TERRITORIAIS

Ana Karina Porto Viana	Janile Costa Pinto
Antoniclebio Cavalcante Eça	Jaqueline Braga Morais Cajaíba
Antoniél dos Santos Peixoto	Letícia Andrade Silva
Carlos dos Santos Viana	Lizandra Silva Lima
Catiana Nogueira dos Santos	Lisângela Silva Lima
Cláudia Batista da Silva	Maísa Dias Brandão Souza
Edjaldo Vieira dos Santos	Niltânia Brito Oliveira
Eliane Nascimento dos Santos	Priscila da Silva Rodrigues
Geysa Novais Viana Matias	Queziane Martins da Cruz
Higro Souza Silva	Renata Nunes Duarte Dias
Igor Tairone Ramos dos Santos	Ruth de Oliveira Sousa
Inaiara Alves Rolim	Thiara Rodrigues Pereira
Jaciara de O. Sant Anna Santos	Valéria Souza Lima Brito
Jamile de Souza Soares	Vilma Áurea Rodrigues

EQUIPE TÉCNICA

Bianca Santos Lopes - Bolsista PROEX/UESB	Ricardo Alexandre Castro - GEPEMDECC/UESB
Fernanda Eloísa H. De M. Alves - Bolsista PROEX/UESB	Yure Oliveira Santos - Bolsista PROEX/UESB
Karoline Kétery Alves Barbosa - Bolsista PROEX/UESB	Winner Pereira Santos - Bolsista PROEX/UESB

EDITORAÇÃO E PROJETO GRÁFICO

Rogério Gusmão do Carmo

www.rogeriogusmao.com.br



UESB
Universidade Estadual
do Sudoeste da Bahia



UNIVERSIDADE ESTADUAL
DE SANTA CRUZ - UESC



EDUCAÇÃO DO CAMPO

DIRETRIZES MUNICIPAIS

R237

Relatório técnico - grupo 1 Diretrizes Municipais da Educação do Campo - DMEC. / Coord. Antoniclebio Cavalcante Eça, Julia Maria da Silva Oliveira, Vilma Aurea Rodrigues. - Vitória da Conquista, 2022.
60p.

Inclui referências. 46- 47

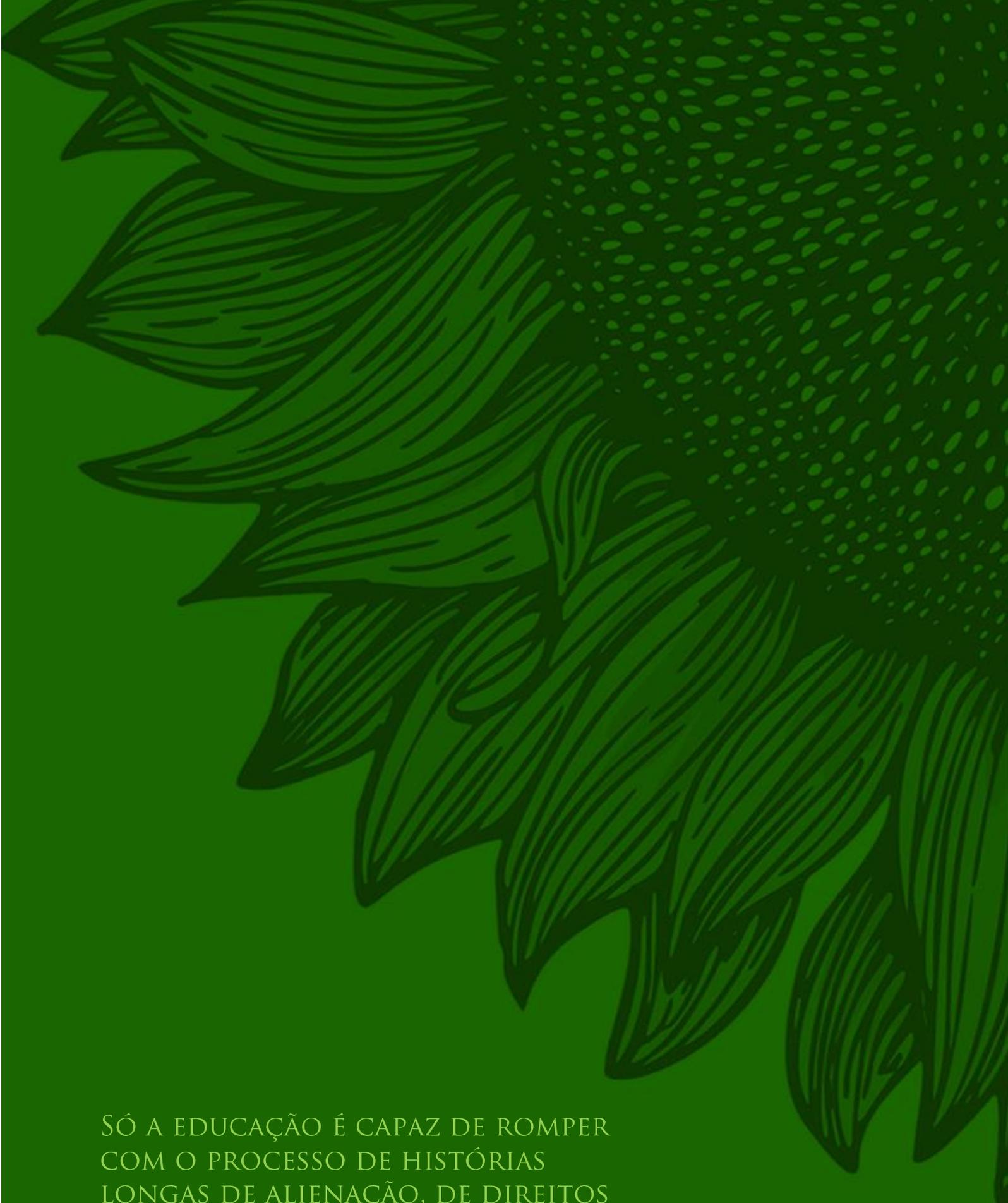
1.FORMACAMPO. 2. Formação docente. 3. Prática educativa. 4. Política Pública Educacional. I. Eça, Antoniclebio Cavalcante. II. Silva, Julia Maria da Silva. III. Rodrigues, Vilma Aurea. IV. T

CDD: 371.042

Catálogo na fonte: Juliana Teixeira de Assunção – CRB 5/1890
UESB – Campus Vitória da Conquista - BA

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	08
2. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	11
3. CARACTERIZAÇÃO DOS TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE E SEUS MUNICÍPIOS	13
4. ENCONTROS FORMATIVOS: PLANEJAMENTO, AÇÃO E EXECUÇÃO	23
5. PRODUÇÃO E CONSTRUÇÃO/ELABORAÇÃO DAS DIRETRIZES MUNICIPAIS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO - DMEC	29
6. MAPEAMENTO DA PRODUÇÃO DAS DIRETRIZES DE EDUCAÇÃO DO CAMPO NOS TERRITÓRIOS E SEUS MUNICÍPIOS	46
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	57



SÓ A EDUCAÇÃO É CAPAZ DE ROMPER
COM O PROCESSO DE HISTÓRIAS
LONGAS DE ALIENAÇÃO, DE DIREITOS
TOLHIDOS E DE EXCLUSÃO ÉTNICA E
RACIAL QUE ORIGINARAM A
FORMAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA
(CARRIL, 2018).

APRESENTAÇÃO

O Programa Formação de Educadores do Campo – Formacampo, tem como objetivo realizar atividades de extensão, vinculado ao Programa de Pós-graduação em Educação - PPGEd/UESB, visando a promoção da formação continuada dos profissionais que atuam na Educação, em especial, nas unidades escolares do campo e das escolas da cidade que recebem os alunos do campo, nos Municípios que pertencem aos territórios de identidade da Bahia.

Essa ação de formação contínua buscou-se a integração do ensino, pesquisa e extensão, por meio de atividades na modalidade síncronas e assíncronas realizadas com a participação dos integrantes do Grupo de Estudos e Pesquisas Movimentos Sociais, Diversidade e Educação do Campo e Cidade - GEPEMDECC, e em parceria com a Universidade Estadual de Santa Cruz/UESC e União dos Dirigentes Municipais de Educação/UNDIME, a qual oportunizou a todos os cursistas inscritos, a ampliação dos conhecimentos acerca das temáticas sobre a Educação do Campo.

Para esse ano letivo de 2022, o Programa Formacampo, além de continuar com atendimento aos participantes do ano anterior, buscou ampliar a formação continuada para os profissionais dos demais municípios baianos, ainda não atendidos, dividindo os territórios de identidade em três grandes blocos, compreendido entre:

Grupo 1 – municípios de 07 Territórios de Identidade que participaram do Formacampo em 2021, e que continuam participando em 2022 com o objetivo de elaborar as Diretrizes Municipais da Educação do/no Campo - DMEC;

Grupo 2 – municípios de 10 Territórios de Identidade que entraram para o Programa Formacampo no ano de 2022 com o propósito de elaborar o Projeto Político Pedagógico – PPP;

Grupo 3 – demais municípios concentrados nos Territórios de Identidade que estão participando do Formacampo apenas por meio das atividades síncronas.

Dentre os grupos apontados, destacamos para o presente Relatório Técnico, o Grupo 1, com a qual, desenvolvemos atividades para os municípios de sete territórios: Sudoeste Baiano; Vale do Jequiriçá; Velho Chico; Médio Sudoeste; Litoral Sul; Médio Rio de Contas; Sertão Produtivo, orientando os gestores escolares, coordenadores municipais, professores, conselheiros e membros das comissões/comitês no processo de construção ou até mesmo (re) elaboração do Documento das Diretrizes Municipais da Educação do Campo – DMEC, apresentando eixos estruturantes como sugestão e subsídios para o fortalecimento da cultura e da identidade do homem e da mulher do campo, que vivem e convivem nos Territórios de Identidade da Bahia.

No percurso desse trabalho utilizamos a metodologia de natureza qualitativa, através de pesquisa participante, bibliográfica e documental, uma vez que, pensamos a priori nos encontros formativos a fim de investigar quais as demandas de formação para os professores do campo, e, posteriormente, na realização das oficinas planejada com base no que fora diagnosticado.

Portanto, a formação é um dos maiores desafios que se volta constantemente para busca da necessária atualização de saberes e para a habilitação adequada dos profissionais. E, nessa perspectiva, as Universidades têm por papel fundamental de acompanhar as mudanças/transformações que ocorrem na sociedade, como também, o desenvolvimento tecnológico, diante da adequação do espaço e do tempo e dos movimentos sociais.

Coordenadores Territoriais do Formacampo - Grupo 1



1.

**CONSIDERAÇÕES
INICIAIS**

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

As Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do Campo, instituídas por meio da Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002, representam um avanço bastante significativo em termos de educação, e pela primeira vez na história da educação brasileira é produzido um documento oficial que se propõe a orientar e organizar de forma legal as escolas do campo.

Partindo dessa política pública que expressa e promove uma ação educacional nacional oriunda de uma dívida histórica social, o Programa de Formação Continuada de Educadores do Campo – Formacampo, no intuito de incentivar através da formação continuada dos profissionais que atuam nas escolas que atendem aos estudantes do campo, lança para os municípios pertencentes aos Territórios de Identidade na Bahia, por meio do termo de adesão, uma proposta de construção das Diretrizes Municipais da Educação do Campo – DMEC, com participação e envolvimento de todas/os que fazem parte da comunidade local e escolar, dentre eles, os coordenadores municipais, professores e gestores, os conselhos municipais de educação, movimentos sociais e representantes da sociedade civil numa ação política-democrática.

Nesse sentido, a educação do campo é considerada uma modalidade de ensino abrangente que visa à formação do homem do campo e a sua valorização no que diz respeito à ambiência, espaço, tempo e modelo de currículo específico, que mobilize o desenvolvimento das atividades campesinas abrangentes a toda a família, bem como as estratégias para o desenvolvimento sustentável.

Portanto, a finalidade da Educação do Campo é oferecer uma educação escolar específica associada à produção da vida, do conhecimento e da cultura do campo, desenvolvendo ações conjuntas/coletivas na comunidade escolar, numa perspectiva de qualificar o processo de ensino e aprendizagem, bem como estimular a construção de relações baseadas no respeito, buscando valorizar os brasileiros que vivem do/no campo, representada pelos movimentos de luta e organização expressas a partir de uma proposta de educação construída por eles próprios.



2.

CARACTERIZAÇÃO DOS TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE E SEUS MUNICÍPIOS

CARACTERIZAÇÃO DOS TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE E SEUS MUNICÍPIOS

A conceituação de Território de Identidade advém do processo iniciado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, com toda a discussão para composição dos territórios rurais a partir de 2003. Na Bahia, naquela ocasião, após diversos encontros e discussões entre atores sociais e gestores públicos, formaram-se 27 territórios rurais que, posteriormente, vieram a compor os 27 Territórios de Identidade Baianos.

Nesse caminhar, o perfil dos Territórios de Identidade no Estado da Bahia tem como objetivo principal elaborar uma caracterização socioeconômica e ambiental dos municípios pertencentes ao território da Bahia, tentando identificar as suas principais potencialidades e vulnerabilidades, junto ao esforço para conjugar as informações e aproximações de cada território de identidade para atender a demanda das cidades, povoados, distritos, vilas e demais localidades que compõem o município, e assim, subsidiar o planejamento estadual.

Dentre os territórios baianos, destacamos para orientar a construção ou (re) elaboração das Diretrizes Municipais da Educação do Campo - DMEC, os municípios atendidos pelo Formacampo do ano anterior, ou seja 2021, com a qual denominamos de Grupo 1, assim compreendida pelo total de 7 (sete) Territórios de Identidade, sendo: o Sudoeste Baiano; o Vale do Jequiricá; Velho Chico; Médio Sudoeste; Médio Rio de Contas; Litoral Sul e Sertão Produtivo, distribuída entre os Municípios baseada no espaço geográfico e sua localização, conforme disposto no quadro 1:

Quadro 1 – Territórios de Identidade, Adesão dos Municípios e Cursistas inscritos

TERRITÓRIO IDENTIDADE	TERMO DE ADESÃO MUNICÍPIOS	QUANTIDADE DE MUNICÍPIOS	QUANTIDADE DE CURSISTAS			
			Coordenador Municipal	Conselho Municipal	Membros Comitês	Total Inscritos
Sudoeste Baiano	Aracatu, Belo Campo, Caetanos, Cândido Sales, Cordeiros, Encruzilhada, Jacarací, Licínio de Almeida, Porções, Tremedal	10	10	06	04	20

TERRITÓRIO IDENTIDADE	TERMO DE ADEÇÃO MUNICÍPIOS	QUANTIDADE DE MUNICÍPIOS	QUANTIDADE DE CURSISTAS			
			Coordenador Municipal	Conselho Municipal	Membros Comitês	Total Inscritos
Vale do Jequiçá	Cravolândia, Irajuba, Itaquara Jaguaquara, Jequiçá, Lage, Lajedo do Tabocal, Maracás, Mutuípe, Nova Itarana, Planaltino, Santa Inês, São Miguel das Matas, Ubaíra	14	14	11	04	29
Velho Chico	Bom Jesus da Lapa, Ibotirama Igaporã, Paratinga Serra do Ramalho, Sítio do Mato	06	06	01	04	11
Médio Sudoeste	Firmino Alves, Iguai, Itambé Itapetinga, Itarantim	05	05	02	02	09
Litoral Sul	Barro Preto, Canavieiras, Ilhéus, Itabuna, Santa Luzia, São José da Vitória, Una	07	07	08	04	19
Médio Rio de Contas	Aiquara, Apuarema, Barra do Rocha, Boa Nova, Gongogi, Ibirataia, Ipiaú, Jequié, Manoel Vitorino, Nova Ibiá	10	11	11	04	26
Sertão Produtivo	Guanambi, Iuiu, Malhada de Pedras, Palmas de Monte Alto, Pindaí, Sebastião Laranjeiras, Sítio do Mato	07	07	03	04	14
TOTAL DE TERRITÓRIOS	TOTAL DE TERMO DE ADEÇÃO	TOTAL DE MUNICÍPIOS	TOTAL DE PARTICIPANTES CURSISTAS			
07	59	59	60	42	26	128

Fonte: Elaborada pelos próprios autores/coordenadores territoriais (2022).

O quadro acima demonstra que dentre os 07 (sete) territórios de identidade, 59 (cinquenta e nove) municípios firmaram compromisso através da assinatura do Termo de Adesão, indicando um coordenador técnico municipal ligado à educação do Campo para incentivar junto aos educadores do Campo a formação continuada totalizando 60 (sessenta) coordenadores municipais inscritos, considerados como cursistas.

Para além disso, foram disponibilizadas vagas de formação em exercício aos presidentes dos Conselhos Municipal de Educação, que efetivaram sua inscrição junto ao Grupo 1, com estimativa de 42 (quarenta e dois) representantes, somada a 26 (vinte e seis) membros das Comissões ou Comitês Especial, instituído nos respectivos municípios, totalizando um número de 128 (cento e vinte oito) participantes inscritos, conduzidos por listagens de presenças em todas as reuniões, lives, minicursos com temáticas relevantes, via plataforma Meet e pelo canal Gepemdecc e TV UNDIME, além de encontros e oficinas para orientações e sugestões das Diretrizes Municipais da Educação do Campo.

PERFIL DOS PARTICIPANTES/CURSISTAS INSCRITOS

O perfil dos participantes inscritos, a qual denominamos de parceiros/cursistas são, na grande maioria, profissionais que atuam diretamente na educação do campo e cidade, sendo eles gestores, coordenadores municipais e professores que possuem importante papel de multiplicar as orientações para os demais educadores. Para além desses inscritos, temos a participação de cursistas, representantes dos movimentos sociais, das comissões/comitês e de conselhos de educação que expressam interesse em desenvolver junto ao órgão do sistema municipal de ensino, o fundamental papel de legitimar através de atos normativos sobre a educação, deliberando espaços e mobilização das comissões e comitês com respectivos membros numa ação conjunta para emissão de pareceres e resoluções a serem publicados nos Diários Oficiais dos municípios.

COORDENADORES MUNICIPAIS

Um dos compromissos apontados e assumidos pelos municípios foi a indicação e disponibilização de um(a) técnico(a) para desenvolver junto aos educadores do/no Campo e que atuam na cidade com alunos do campo, articulando e coordenando as ações de implementação do Programa Formacampo. Este sujeito tem a função de repassar todo o material de estudo e as atividades temáticas, disponibilizado pelos

coordenadores territoriais, com o intuito de articular e mobilizar para que todos os professores participem ativamente do processo formativo e contínuo da reformulação das Diretrizes Municipais da Educação do Campo e Projetos Políticos Pedagógicos.

Desse modo, garante-se que o profissional indicado pela Secretaria Municipal de Educação esteja em consonância com o perfil descrito nos Termos de Adesão.

Segundo Eça (2022 p. 103), a função do coordenador geralmente está centrada na “gestão das atividades pedagógicas educativas” desenvolvidas na unidade escolar juntamente com a gestão da escola. Nessa perspectiva, seu papel é de coordenar e supervisionar as ações educacionais relacionadas ao processo ensino-aprendizagem, primando pela qualidade do trabalho pedagógico assumido pelos professores dentro da sala de aula, bem como as relações que se estabelecem entre eles e com os alunos no ambiente escolar.

Dentre os participantes escritos, destacamos os cursistas no quadro 2:

Quadro 2 – Coordenadores Municipais inscritos por Território de Identidade/Município.

TERRITÓRIO IDENTIDADE	MUNICÍPIO	COORD. MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DO CAMPO	EMAIL
Sudoeste Baiano	Aracatu	Cristiane Landim Marinho Correia	cristianelamdin30@gmail.com
	Belo Campo	Valéria Sousa Pena Ruas	valeriasousaruas@gmail.com
	Caetanos	Milamária Alves de Oliveira	milaoliveira9@gmail.com
	Cândido Sales	Carlos Sérgio Fernandes Rocha	carlossergiof@yahoo.com.br
	Cordeiros	Lindauro Pereira da Silva	dadau.limps@yahoo.com.br
	Encruzilhada	Edvan Rocha dos Santos	edvan.rds@gmail.com
	Jacarací	Ivany Oliveira Moreira	vaniaeduda.jacaraci@hotmail.com
	Licínio de Almeida	Valéria Trindade de Brito	valeriatbr@hotmail.com
	Porções	Josimar Ferreira Lima	jsl-josimar@hotmail.com
Tremendal	Julimara Rosa Silva de Souza	julimarasilva62@gmail.com	
Vale do Jequiçá	Cravolândia	Jomar Almeida dos Santos	jomaralmeisantos@hotmail.com
	Irajuba	Rogério Moreira de Oliveira	rogerio5025@hotmail.com
	Itaquara	Girilaene Almeida da Silva	gas_kle@hotmail.com
	Jaguaquara	Ana Paula de Freitas	educacao@jaguaquara.ba.gov.br
	Jequiricá	Vania Ferreira	vaniaferreira.brito@hotmail.com
	Lage	Antoniél dos Santos Peixoto	antoniél_edfisica@yahoo.com.br
	Lajedo do Tabocal	Elzeni Damasceno de Souza	damasceno.elzeni829@gmail.com
	Maracás	Magali dos Santos Nascimento	nascimentomagali5@gmail.com
	Mutuípe	Lucimeire Cardoso do Rosário	lucimeirecrosario@gmail.com
	Nova Itarana	Juscelyna de Almeida Araújo	juscy.secni.educampo@gmail.com
	Planaltino	Lucieide Bastos dos Santos	eidebastos2@gmail.com
	Santa Inês	Marília Carvalho França	francamarilia@gmail.com
	São Miguel das Matas	Josiane B. de Andrade Cortes	josianebarbosadeandrade@gmail.com
	Ubaíra	Marineide Pereira dos Santos	neidepereira22@hotmail.com
Velho Chico	Bom Jesus da Lapa	Cláudia Batista da Silva	silvaclaudia64@yahoo.com
	Ibotirama	Luciene Andrade Farias	lucieneafarias@hotmail.com
	Igaporã	Eldimar Rodrigues da Silva	eldimarsilvaiga@gmail.com
	Paratinga	Ana Cristina Barros Soares	mariahkiria@hotmail.com

TERRITÓRIO IDENTIDADE	MUNICÍPIO	COORD. MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DO CAMPO	EMAIL
	Serra do Ramalho	Shirley Gonçalves de Souza	shigoncalves21@gmail.com
	Sítio do Mato	Alexsandra de Oliveira Silva	alexsandradeoliveirasilva@gmail.com
Médio Sudoeste	Firmino Alves	Joselma Santos de Morais	joselmasantostmorais@hotmail.com
	Iguaí	Ana Paula Oliveira dos S Freitas	ssmei@edu.iguai.ba.gov.br
	Itambé	Elizabete Lima Santos	lindaeliz2@yahoo.com.br
	Itapetinga	Edinita Barbosa Menezes	nitabmflor@hotmail.com
	Itarantim	Oplínia M ^a Santos Gusmão	opliniagusmao@hotmail.com
Litoral Sul	Barro Preto	Louise Rocha dos Santos	louirocht@yahoo.com.br
	Canavieiras	Leonardo de Melo Alves	leomalves5@gmail.com
	Ilhéus	Joselito Alves Martins	falapedagogoooficial@gmail.com
	Itabuna	Saionara Cruz dos R. Santos	sayonarareis@live.com
	Santa Luzia	Miqueias Medrado Santana	miqueiasmedrado64@gmail.com
	São José da Vitória	Rita Maria de Souza	ritamariasouza@yahoo.com.br
	Una	Elisabele Dantas Santana	belypedagoga@gmail.com
Médio Rio de Contas	Aiquara	Miriam Moreira da S. de Jesus	miriammoreiramoreiraj@gmail.com
	Apuarema	Andreia Karla Amorim Nunes	andreiakarlaapuarema@gmail.com
	Barra do Rocha	Aline Batista dos Santos	alineb.santos@outlook.com
	Boa Nova	Erico Souza Filho	ericofilhojr@hotmail.com
	Gongogí	Valquíria Bomfim de Jesus	bomfimvalkirya311@gmail.com
	Ibirataia	Alessandro Brito de Oliveira	educcamposmec@hotmail.com
	Ipiaú	Jefferson Manoel da Silva	jheffiton.manoel@gmail.com
	Jequié	Eliege Rodrigues Carneiro	eliegerodrigues10@gmail.com
	Manoel Vitorino	Adriana Gomes de Oliveira	adrianagomes.80@hotmail.com
		Marinalva Dias Aguiar	marinaldaaguiar@hotmail.com
Sertão Produtivo	Nova Ibiá	Jadiney Siriaco Melo	jadnneysiriako@hotmail.com
	Guanambi	M ^a Aparecida Alves F de Castro	mariaaparecida@edu.guanambi.ba.gov.br
	Iuiu	Hildete Dias Ferreira	hildetedias@hotmail.com
	Malhada de Pedras	Fábio Alves Brito	fabio-alves11@hotmail.com
	Palmas de Monte Alto	Ariovaldo dos Santos Martins	ariovaldosantos2015@gmail.com
	Pindaí	Deusliana Pereira da Silva	deidepereirasilva@hotmail.com
	Sebastião Laranjeiras	Vilma Áurea Rodrigues	vilmaaurea@gmail.com
	Sítio do Mato	Alexsandra de Oliveira Silva	alexsandradeoliveirasilva@gmail.com

Fonte: Elaborada pelos próprios autores/coordenadores territoriais (2022).

Nesse sentido, o papel do Coordenador Municipal ou técnico da rede municipal de cada município, baseado nas orientações normativas, está intimamente ligado ao trabalho pedagógico da equipe docente, e suas atividades transcorrem na efetivação de um trabalho coletivo da construção ou (re) elaboração das Diretrizes Municipais da Educação do Campo, bem como na implementação do projeto político-pedagógico da unidade educacional, com planejamento de ações que promovam o engajamento de toda comunidade escolar e na articulação de projeções com o objetivo de integração da unidade educacional à comunidade local e aos equipamentos de apoio social.

DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO

O Conselho Municipal de Educação faz parte do órgão pertencente ao Sistema Municipal de Ensino que deve propor em sua base uma gestão compartilhada com funções de ordem normativas, deliberativas, consultivas, propositivas, fiscalizadoras, mobilizadoras e de controle social, assim regulamentadas em regimento próprio, de forma a assegurar a participação de toda sociedade civil organizada.

Nesse sentido, deve constituir-se como importante interlocutor com o órgão da Secretaria de Educação do seu respectivo Município, juntamente com a sociedade civil, com finalidades específicas de proposição, implementação e acompanhamento das políticas educacionais, especialmente no que se refere a educação municipal.

Dentre as atribuições do CME, está a articulação das propostas pedagógicas e curriculares materializadas nas Diretrizes Municipais da Educação do Campo, ou seja, objeto de construção e (re) elaboração em que cabe ao respectivo órgão do sistema de ensino, fomentar e mobilizar para uma discussão com os membros da comissão e comitês na emissão de pareceres e resoluções na perspectiva de efetivar mudanças significativas no cenário educativo, objetivando a qualidade da oferta da educação das populações do campo no âmbito do Município.

Essa ação de mobilização partiu do interesse dos presidentes dos conselhos municipais de educação, onde, na condição de parceiros, colaboradores e cursistas, se deu na forma de inscrição para a formação continuada proposta pelo Formacampo, conforme demonstrada no quadro 3.

Quadro 3 – Conselheiros Municipais inscritos por Território de Identidade/Município.

TERRITÓRIO IDENTIDADE	MUNICÍPIO	PRESIDENTE – CME	EMAIL
	Aracatu	Viviane Rocha Meira	vivianemeira2012@hotmail.com
	Cordeiros	Cinara Alves de M. Andrade	cinara75@hotmail.com

TERRITÓRIO IDENTIDADE	MUNICÍPIO	PRESIDENTE – CME	EMAIL
Sudoeste Baiano	Jacarací	Faguiner Rocha Cangussu	cangussu.faguiner@gmail.com
	Licínio de Almeida	Maria Rosa de Carvalho Silva	mais.rosacs2@gmail.com
	Porções	Célio Silva Meira	celiomeira2014@gmail.com
	Tremedal	Renato Abreu Soares	renatoabreusoares@hotmail.com
Vale do Jequiriçá	Cravolândia	Jomar Almeida dos Santos	jomaralmeisantos@hotmail.com
	Irajuba	Raimundo Lima Alves	guilrai@hotmail.com
	Itaquara	Agnaldo Silva Santana	guinaita@gmail.com
	Jaguaquara	Andréa Dias da Silva	cmejaguaquara@gmail.com
	Lage	Giovany Barreto de Souza	giovanybarretodesouza@gmail.com
	Lajedo do Tabocal	Elzeni Damasceno de Souza	damasceno.elzeni829@gmail.com
	Maracás	Aliadne Brito da Silva	aliadneb@gmail.com
	Mutuípe	Antônio Carlos de Jesus Silva	juhel158@hotmail.com
	Planaltino	Denise Santana Paiva	nisesdvi@gmail.com
	Santa Inês	M ^{re} do Carmo Barreto de Souza	marycarbar@hotmail.com
	Ubaíra	Marcos Mota dos Santos Filho	motaprisma@gmail.com
Velho Chico	Bom Jesus da Lapa	Izildinha Pereira L. e Oliveira	izildinha.bjl@hotmail.com
Médio Sudoeste	Firmino Alves	Juliana Santos de Andrade	juli17andrade12@gmail.com
	Itapetinga	Hosana Silva de A. Batista	
Litoral Sul	Barro Preto	Maria Luciene Moreira	moreiraluciene@gmail.com
	Canavieiras	Darluce Andrade de Queiroz Muniz	darluceaq@hotmail.com
	Ilhéus	Osmam Nogueira	osmannogueira@gmail.com
	Itabuna	Hustana Fernanda S.S. Matos	fhustana79@gmail.com
	Maraú	Larissa Vasconcelos Longo	arissalongo79@gmail.com
	Santa Luzia	Adeilton Bispo dos Santos	adeiltonbs_souza@hotmail.com
	São José da Vitória	Eliete Pereira Lima	elietepereiralima@outlook.com
	Una	Vera Lucia Soares S. Oliveira	veraluciasoares494@gmail.com
Médio Rio de Contas	Apuarema	Joseni Santos Caetano	josenikaetano@hotmail.com
	Barra do Rocha	Aída Leila da Silva Cardoso	aleilacardoso@yahoo.com.br
	Boa Nova	Irineia Leal Barbosa Batista	irineiabb73@gmail.com
	Gongogí	Manoelito Paiva Faneca Ivana de Jesus Sena	mpf1428@yahoo.com lvanasenaus@yahoo.com.br
	Ibirataia	Humberto Nascimento dos Sts Rosalia dos Santos Barreto	humbertoibirataia@hotmail.com
	Ipiaú	Rosemary Santos de Almeida	almeidarsa52@gmail.com
	Jequié	Vitória Maria Brandão	cmejequeie@yahoo.com.br
	Manoel Vitorino	Maria Cristina Ribeiro Souza	crism.v1@hotmail.com
Nova Ibiá	Cláudio Santos Nunes	claudioibinunes@hotmail.com	
Sertão Produtivo	Guanambi	Marly Eva P. Bernardo Lima	marlyevab@gmail.com
	Malhada de Pedras	Fábio Alves Brito	fabio-alves11@hotmail.com
	Sebastião Laranjeiras	Valdirene Pereira Guimarães	valdirenesl@gmail.com

Fonte: Elaborada pelos próprios autores/coordenadores territoriais (2022).

MEMBROS DAS COMISSÕES E COMITÊS DAS DMEC

Iniciada as etapas formativas do Formacampo, objetivando o fortalecimento da educação do/no campo, consideramos que essa ação não deveria acontecer de forma

isolada e, que assim necessitaria de representantes dos movimentos sociais e demais colaboradores para juntos aos conselhos e coordenadores municipais, propor ideias, sugestões e decisões durante o processo de construção do documento. Desde então, sugerindo aos municípios participantes do Programa, a constituição de uma Comissão ou Comitê Especial para essa construção, elaboração/reelaboração participativa das Diretrizes Municipais da Educação do Campo em direção à articulação local para que pudéssemos construir em conjunto as políticas de fortalecimento e consolidação da Educação do Campo.

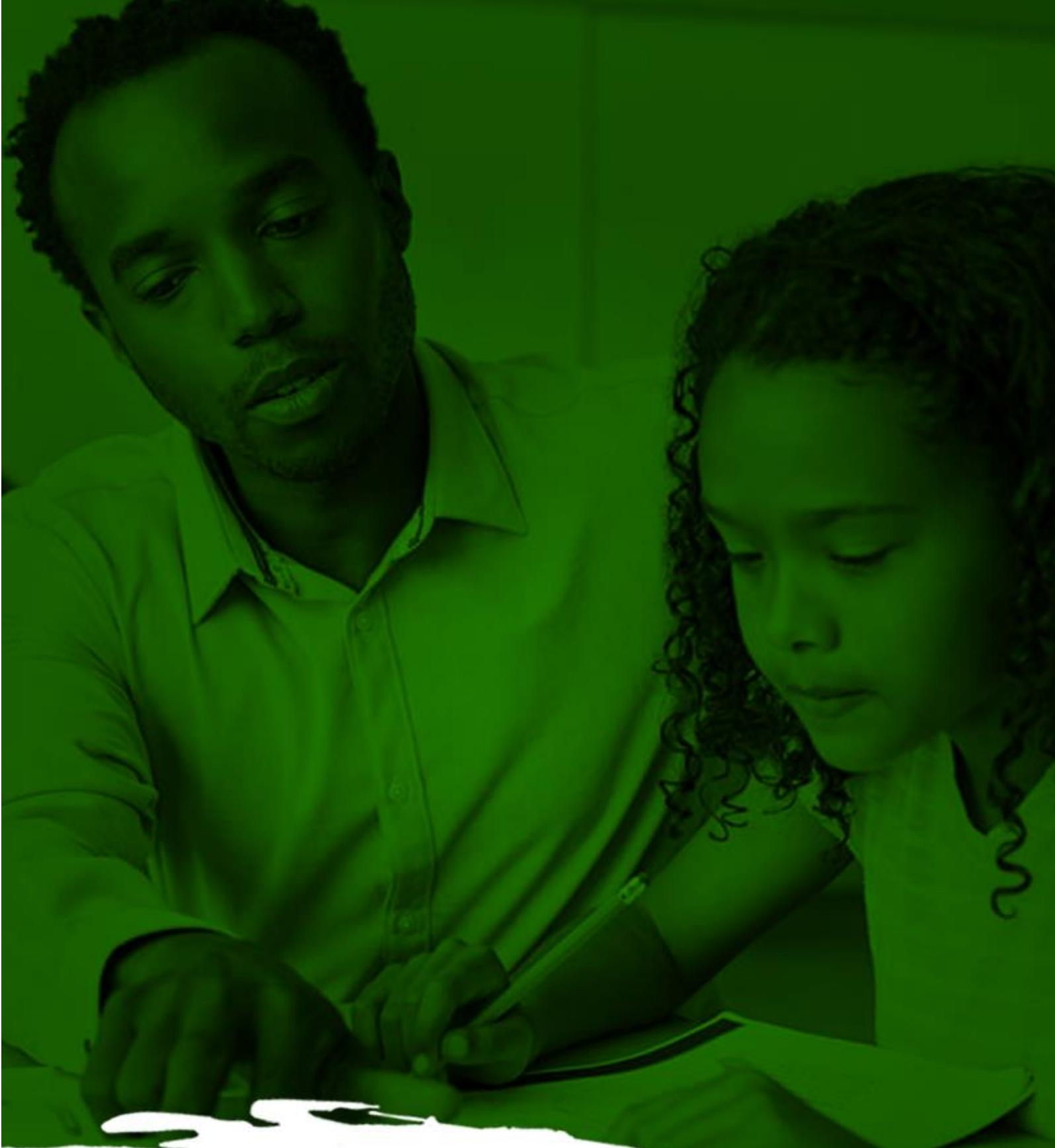
Essa constituição da Comissão/Comitê Especial, além de participar conosco do processo de formação continuada, com a devida certificação feita pela UESB, também se encarregará de se articular localmente para as ações e deliberações necessárias, contribuindo para a efetividade de políticas públicas educacionais que considerem os sujeitos do campo, suas identidades, autorias e empoderamento, permitindo enfrentar desafios, que vão desde o fechamento das escolas do campo, até as discussões sobre currículo escolar, formação de professores, transporte, infraestrutura e condições de funcionamento das Escolas do Campo, além de tantas outras questões que envolvem as políticas públicas para o atendimento às populações camponesas.

Para esse caminhar, consideramos importante a atuação dessas comissões ou comitês especiais em conjunto com os demais cursistas inscritos no cumprimento de um dos objetivos do Formacampo, que é a criação do Fórum Municipal de Educação do Campo, como instância colegiada para o fortalecimento da Educação do Campo no âmbito dos municípios e, conforme deliberado anteriormente no encontro realizado em 11 de maio de 2022 (reunião online), a qual encaminhamos uma Minuta de Portaria (apenas como referência), a ser instituída e publicada pelas respectivas Secretarias Municipais de Educação, visando a instalação oficial da Comissão acima referida.

Nesse processo de composição de comissão ou comitês, foram enviadas por e-mail ao Programa Formacampo, portarias publicadas pelos órgãos das Secretarias de Educação dos Municípios, reafirmando a participação dos membros/ parceiros. A Comissão ou comitê Especial de que trata esta Portaria, tiveram representatividade de diversos segmentos da sociedade civil, conforme apontado abaixo:

- a) Representação da Secretaria Municipal de Educação
- b) Representação do Conselho Municipal de Educação
- c) Representação de Professores do Campo
- d) Representação de Discentes do Campo
- e) Representação de Gestores/Coordenadores do Campo
- f) Representação de Movimentos Sociais representativos

O propósito desses membros/representantes é de participar das atividades formativas do Programa Formacampo, viabilizando o aprofundamento teórico-prático nas questões relacionadas a concepções e atendimento às populações do Campo e essencialmente para Elaboração/Reelaboração Participativa das Diretrizes Municipais da Educação do Campo, com acompanhamento das Políticas de Educação para as Escolas do/no Campo por um período de seis meses (maio a novembro de 2022), em articulação direta com a Secretaria Municipal de Educação e Conselho Municipal de Educação, juntamente com os coordenadores territoriais do Formacampo, que estará responsável pelo processo formativo.



3.

ENCONTROS FORMATIVOS: PLANEJAMENTO, AÇÃO E EXECUÇÃO

ENCONTROS FORMATIVOS: PLANEJAMENTO, AÇÃO E EXECUÇÃO

Toda ação para projeção necessita de um planejamento que deve iniciar-se a partir de uma ideia, e isso só é possível porque o ser humano é dotado de imaginação que pode se transformar em algo bastante significativo e valioso do ponto de vista do conhecimento a depender do propósito que você estabelecer.

Partindo dessa ideia, formulamos estruturalmente um plano ou planejamento, de encontros formativos objetivando orientar à construção das Diretrizes Municipais da Educação do Campo e elaboração da Resolução CME/DMEC, tendo como público alvo os respectivos coordenadores/as municipais indicados nos termos de adesão dos municípios, além dos docentes, conselheiros/as municipais de educação e membros dos comitês/comissões especiais, apresentando como pauta a agenda dos encontros com realização de oficinas formativas, destacando os passos para a elaboração, sua dinâmica e estrutura das DMEC, baseada no cronograma de atividades com proposta para elaboração da Resolução CME, conforme demonstrada no quadro 4.

Quadro 4 – Agenda de Encontros Formativos das DMEC

MÊS/2022	DATA/HORÁRIO	ATIVIDADE A SER DESENVOLVIDA	FORMADOR/ MEDIADOR
AGOSTO	18/08 às 19 h (quinta-feira)	Pontos Estratégicos (sugerida) para construção do documento nos Municípios. Levantamento dos dispositivos legais a nível nacional e local.	Antony Júlia Vima
	31/08 às 19 h (quarta-feira)	1. A EDUCAÇÃO BÁSICA DO/NO CAMPO 1.1 Fundamentação Legal 1.2 Princípios da Educação do Campo 1.3 Contexto da Educação do Campo no Município de _____ - Bahia 1.4 Relação escola x comunidade: as especificidades dos sujeitos	
	09/09 às 19 h (sexta-feira)	2. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO ESCOLAR 2.1 Gestão educacional 2.2 Formação continuada 2.3 O processo de avaliação 2.4 Projeto Político Pedagógico	

<p>SETEMBRO</p>	<p>28/09 às 19 h (quarta-feira)</p>	<p>3. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DA EDUCAÇÃO DO/NO CAMPO</p> <p>3.1 Currículo: concepção</p> <p>3.2 As classes multianos, multietapas ou multisseriadas</p> <p>3.3 Estrutura Curricular da Escola</p> <p>3.3.1 Trabalho</p> <p>3.3.2 Sustentabilidade</p> <p>3.3.3 Educação Ambiental</p> <p>3.3.4 Agroecologia</p> <p>3.3.5 Cultura</p> <p>3.3.6 Juventudes</p> <p>3.3.7 Movimentos Sociais</p> <p>3.3.8 Sexualidade</p>	<p>Antony Júlia Vima</p>
<p>OUTUBRO</p>	<p>07/10 às 19 h (sexta-feira)</p> <p>21/10 às 19 h (sexta-feira)</p>	<p>4. EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE</p> <p>4.1 Direitos humanos: o exercício da cidadania</p> <p>4.2 Relações Étnico-raciais</p> <p>4.3 Povos indígenas e quilombolas</p> <p>5. RECURSOS FINANCEIROS E O FINANCIAMENTO PARA A EDUCAÇÃO DO/NO CAMPO</p> <p>5.1 Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)</p> <p>5.2.1 Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)</p> <p>5.2.2 Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)</p> <p>5.2.3 Programa Nacional do Transporte Escolar (PNATE)</p> <p>5.2.4 Caminho da Escola</p> <p>5.2.5 Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI)</p> <p>5.2.6 Programa de Inovação Educação Conectada (E-Conectada)</p> <p>5.2.7 Outros programas que o Município aderiu</p> <p>5.2 Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB)</p> <p>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS</p>	<p>Antony Júlia Vima</p>
<p>NOVEMBRO</p>	<p>Apresentação do documento ao Fórum e verificar a possibilidade de inclusão de outros pontos.</p> <p>1 – Adequação das DMEC conforme as sugestões apresentadas pelo Fórum, se for o caso.</p> <p>2 – Encaminhamento do documento ao Presidente do CME.</p> <p>3 – Ajustar para as normas de Parecer e Resolução.</p> <p>4 – Publicação das DMEC em Parecer e Resolução do CME.</p> <p>5 – Sugestão de um caderno com as orientações da DMEC para circular nas escolas, sociedade civil.</p>		

	6 – Seminário Municipal da Educação do Campo para apresentação do documento à sociedade civil.			
DEZEMBRO	<p>Dias 12 e 13/12/2022</p> <p>Local do Evento: Bom Jesus da Lapa-Bahia</p>	<p>Encerramento das Atividades do Formacampo - 2022.</p> <p>Grupos 1, 2 e 3</p>	<p>Seminário dos trabalhos realizados pelos Territórios de Identidade da Bahia</p>	<p>Coordenação Geral</p> <p>Coordenadores Territoriais</p>

Fonte: Elaborada pelos próprios autores/coordenadores territoriais (2022).

A ideia central da agenda de encontros é trazer para as discussões, temáticas necessárias para orientar a construção e (re)elaboração das Diretrizes Municipais da Educação do Campo – DMEC, uma vez que, para isso requer a continuada formação dos educadores do Campo, pressupondo que a qualidade da educação somente é possível com a efetiva participação democrática da comunidade escolar na tomada de decisões, mecanismo ético e dialógico com os atores internos e externos à escola, para definir que projeto de educação almejam construir.

Quando nos referimos à agenda, não estamos falando apenas de um lugar para anotar seus compromissos ou registrar apenas informações ou comunicações. Muito mais que isso, a agenda pode ser considerada como um dos instrumentos importantes para organizar e planejar e que consiste no ato de criar e conceber antecipadamente uma ação, desenvolvendo estratégias programadas para atingir determinado objetivo. E para consolidar essa ação, apresentamos no primeiro encontro o Plano de Trabalho das DMEC, conforme card/convite enviado aos cursistas inscritos.

APRESENTAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO DAS DMEC

O Plano de Trabalho, além de ser considerada uma ferramenta para organizar e sistematizar dados e informações, pode direcionar uma atividade de formação que está diretamente relacionada ao alcance de propósitos que desejamos atingir. Por isso, é um

esboço de um conjunto de objetivos e processos com as quais a equipe de trabalho destrincha durante o processo de realização de uma ação ou mesmo de um projeto, transformando em realidades possíveis através de seus resultados.

A supracitada estrutura ou plano de ação, produz uma demanda aos sujeitos envolvidos, no sentido de que a socialização das atividades e ações que compõem o programa garantam um fluxo contínuo entre pesquisa, ensino e extensão, e ainda, ampliem a produção de conhecimentos pelos educadores e profissionais da educação que atuam na modalidade de ensino do campo.

Essa decisão política passa necessariamente pelo cumprimento do que prevê a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, bem como nos ordenamentos de leis específicas da educação que trata da colaboração da sociedade para a promoção da educação e do ensino visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o universo do trabalho, conforme abordada na reunião de apresentação, disposta no card abaixo:

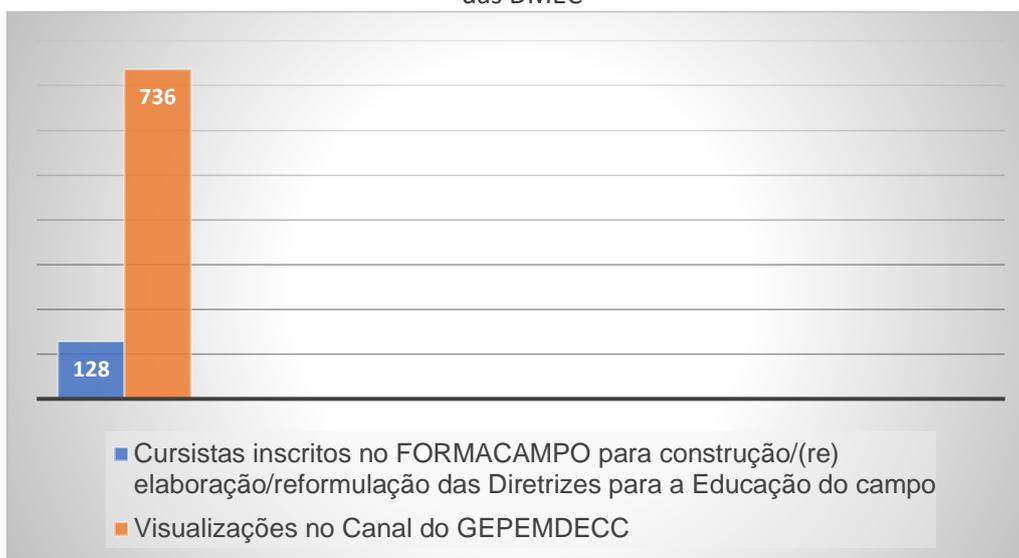
Figura 1: Reunião inicial para apresentação do Plano de Trabalho das DMEC



Fonte: Disponível no site: http://www2.uesb.br/gepemdecc/?page_id=303

Esse primeiro encontro envolveu todos os cursistas inscritos, participantes dos demais grupos de outros territórios, além dos apoiadores e colaboradores no propósito de conhecer o Plano de Trabalho, configurado na Agenda de Encontros que ocorreu dia 18/08/2022, no horário das 19 horas, cuja temática abordou questões introdutórias sobre as Diretrizes Municipais da Educação do Campo numa construção possível, com transmissão pelo canal do Gepemdecc, conforme aponta no gráfico abaixo, com frequência e visualizações satisfatória:

Gráfico 1 - Participação e Visualizações pelo Canal GEPEMDECC no 1º Encontro de Formação das DMEC



Fonte: Elaborado pelos autores com base no Canal Gepemdecc (2022).

Importante destacar que essa programação se encontra disponível pelo Link: <https://youtu.be/36pSOAAalTo>, e atualmente consta um número de 736 visualizações pelo Canal Gepemdecc .

Assim, o programa de formação continuada, no nosso caso, - o Formacampo, se constitui como uma ação que permite reacender a imaginação e a criatividade que motivam novos investigadores a propor atividades diversificadas, que explorem novos enfoques e temáticas significativas em prol de uma educação com qualidade social e para todos.



4. PRODUÇÃO E CONSTRUÇÃO/ELABORAÇÃO DAS DIRETRIZES MUNICIPAIS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO - DMEC

PRODUÇÃO E CONSTRUÇÃO/ELABORAÇÃO DAS DIRETRIZES MUNICIPAIS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO – DMEC

A construção ou (re) elaboração do documento das Diretrizes Municipais da Educação do Campo para as redes de ensino, em especial, às unidades escolares do Campo pertencentes ao Sistema Municipal de Ensino, juntamente com os órgãos da Secretaria de Educação e Conselho de Educação de cada município, deve ter como propósito a implementação de Política de Educação Básica do Campo, instituída por meio do Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010 e da Resolução CNE/CEB nº 01 de 3 de abril de 2002.

Sendo assim, baseada num conjunto de princípios, metas e procedimentos que objetivam atender a população do campo nas suas variadas formas de produção da vida, ou seja, agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da reforma agrária, trabalhadores assalariados rurais, povos ou comunidades tradicionais, incluindo os quilombolas, indígenas, ciganos, caiçaras, caboclos, ribeirinhos, povos da floresta, e demais populações que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural.

Nessa perspectiva, a DMEC, objetiva ainda, alinhar as políticas educacionais da Sistema Municipal de Ensino junto ao Plano Municipal de Educação-PME, voltadas para a população do campo, aos marcos normativos federais da Educação do Campo, bem como aos documentos regulatórios da Educação Pública do Estado da Bahia, visando a orientar a organização do trabalho pedagógico das unidades escolares do Campo.

Portanto, coube nessa ação a parceria não somente da Secretaria Municipal de Educação, Conselho Municipal de Educação e da Comissão Especial da Educação do Campo, mas, de modo geral da participação na formação continuada de gestores escolares, professores, coordenadores municipais, conselheiros municipais de educação e demais interessados, mediada pelos coordenadores territoriais na busca incessante dos conhecimentos/saberes necessários para melhorar o compromisso com o atendimento dessa população, e de fortalecer a qualidade social da educação pública

por meio de uma gestão educacional mais democrática de caráter significativo e integrador.

EIXOS TEMÁTICOS E ESTRATÉGICOS DAS DMEC

Os eixos temáticos ou estratégicos são aqui considerados como conjuntos de temas abordados que direcionam ou orientam o planejamento de um determinado trabalho, ou seja, funcionam como um suporte pedagógico ou guia. O sentido figurado do termo “eixo” é destacar a ideia principal, essencialmente, do tema a ser tratado.

Do ponto de vista do planejamento educacional, a ideia de eixo temático se constitui como um aspecto fundamental para questões metodológicas e didáticas no processo de ensinar e aprender, além de servir para organizar um plano ou programa de estudos e pesquisas em diferentes etapas, - no nosso caso, do Formacampo, e assim, diagnosticar, acompanhar e avaliar as conquistas dos cursistas e a construção e produção de saberes acerca das temáticas que envolvem a Educação do/no Campo.

Dessa forma, apresentamos neste relatório técnico, os eixos estruturantes para elaboração das mencionadas Diretrizes, visando fornecer ao CME dos Municípios, subsídios para o fortalecimento da cultura e da identidade do homem e da mulher do campo que vivem e convivem nos Territórios de Identidade da Bahia. Por isso, nosso trabalho se iniciará com os municípios de sete territórios (Sudoeste Baiano, Vale do Jequiriçá, Velho Chico, Médio Sudoeste, Litoral Sul, Médio Rio de Contas, Sertão Produtivo), que poderão se estender os demais territórios nos anos seguintes.

A EDUCAÇÃO BÁSICA DO/NO CAMPO

Nesse eixo específico, buscamos a fundamentação teórica e os princípios da Educação do Campo a nível nacional, estadual, atravessando pelo contexto histórico de cada município envolvido, que de acordo com a sugestão da estrutura apresentada,

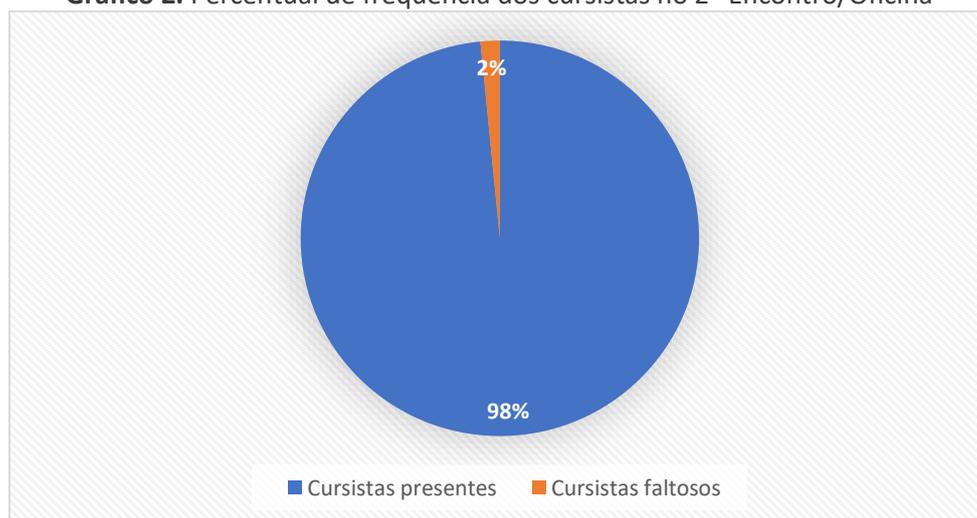
orientamos como objetivo utilizar os marcos conceituais e legais da Educação do Campo, destacando e evidenciando as especificidades dos sujeitos do/no Campo, apresentada por meio de convite, conforme Card da figura 2.

Figura 2 - Encontro para discussão sobre a Educação Básica do/no Campo



Fonte: Disponível no site: http://www2.uesb.br/gepemdecc/?page_id=303

O segundo encontro de formação que ocorreu dia 31/08/2022, horário das 19 horas, com temática referente à introdução e ao 1ª Capítulo do Documento das DMEC tratou sobre a Educação Básica do/no Campo, ocorrido pela plataforma Google Meet com link para acesso à sala: <http://meet.google.com/xdq-acss-yxv> com total de 126 (cento e vinte e seis) cursistas presentes, cuja participação e presença dos cursistas foram bastante satisfatórias e expressivas com 98% de cursistas presentes e apenas 2% de cursistas ausentes, conforme apontada no gráfico abaixo:

Gráfico 2. Percentual de frequência dos cursistas no 2º Encontro/Oficina

Fonte: Elaborado pelos autores baseados na lista de presença pelo Google Forms (2022).

A princípio, nesse encontro de formação foi necessário buscar a conceituação adequada do termo Educação do Campo, contrapondo à expressão “Escola Rural”. Essa conceituação fora concebida no contexto da Conferência Nacional por uma Educação do Campo, realizada no ano de 1998. A partir de então, o campo passou a ser visto como um novo espaço de vida, que não se resume à dicotomia urbano/rural, mas que respeita as suas especificidades sociais, étnicas, culturais, ambientais e que garanta o direito da educação do campo, assegurando a possibilidade de as pessoas serem educadas no lugar onde vivem, como sendo participantes ativas do processo de construção da própria ação educativa (BRASIL, 2002).

A Educação do Campo fundamenta-se em abordagens e práticas pedagógicas desenvolvidas na educação escolar, mediada por uma ação curricular que concebe a aprendizagem como parte de um processo de apropriação e elaboração de novos conhecimentos articulados com a dimensão empírica da vida e da cultura dos sujeitos do campo. Tais abordagens e práticas pedagógicas devem apoiar-se no modo de existência desse sujeito camponês objetivando a superação da dicotomia rural/urbano e da visão preconceituosa e equivocada do campo como lugar de atraso, distante do conhecimento científico e da vida intelectual, considerados como presentes somente na cidade.

De todo modo, compreender a relação campo-cidade e as possibilidades de superação diante de uma visão dicotômica sobre os territórios implica entender que as relações sociais que ocorrem entre os sujeitos e as instituições presentes nesses territórios são construções históricas que marcam a produção social do espaço e que em nossos dias transpassam os limites definidos geograficamente, muito em função das novas tecnologias e da circulação do capital que ocorrem de maneira sobreposta.

ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO ESCOLAR

Nesse aspecto, apresentamos alguns elementos constitutivos da estrutura e organização do trabalho na escola campo, destacando também aspectos da gestão educacional numa perspectiva democrática e participativa, evidenciando o papel dos coordenadores municipais ou pedagógicos, fomentando a importância da formação continuada dos educadores, reconhecendo como processo avaliativo/formativo com estratégia pedagógica, e que serve para planejar as ações educativas em torno do PPP da escola do Campo, ação abordada conforme abordada no encontro do Card da figura 3.

Figura 3 - Encontro/Oficina sobre a Organização do Trabalho Escolar

3º ENCONTRO - DMEC

Dia: 14/09/2022 as 19h
Google Meet

Tema:
ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO ESCOLAR





ESP. VILMA ADREA
GEP/MEC/NEED

M. ANTHONY EÇA
DFOR/UESE

DRA. JÚLIA OLIVEIRA
DDE/UESE



Link de Acesso:
<http://meet.google.com/rtx-sdja-cqo>

Fonte: Disponível no site: http://www2.uesb.br/gepemdec/?page_id=303

Os elementos constitutivos da organização do trabalho escolar podem ser considerados como ações e manifestações que envolvem a perspectiva da Gestão Democrática; a Formação Continuada; a Coordenação Pedagógica e; Processo de Avaliação Formativa. No caso específico da Educação do/no Campo, devem ser considerados também o inventário histórico-social, valores culturais e ambientais das escolas do campo, que servirá como instrumento que deverá alimentar informações no processo de (re) elaboração/construção dos Projetos Político-Pedagógicos (PPP), cujos resultados representam as bases com as quais, serão erguidos pilares que sustentarão à proposta orgânica político-pedagógica da unidade escolar.

Dessa forma, todos esses elementos constitutivos da organização do trabalho escolar estarão imbricados entre ações e dimensões que envolvem os aspectos administrativos, didático-pedagógicos e financeiros, sendo que, um dar a necessária sustentação ou alimenta o outro. Portanto, ambos são relevantes, tanto para o planejamento como para a organização e funcionamento da unidade escolar.

O aspecto administrativo discorre sobre ações ligadas aos recursos humanos ou de pessoal, materiais e recursos didáticos-pedagógicos, instalações e serviços, manutenção de acervos/arquivos, tramitação de documentos, controle e atenção às normas e as leis instituídas/estabelecidas (regimento escolar, estatuto...) para a organização, funcionamento e manutenção da estrutura física das unidades de ensino da educação do Campo, priorizando as necessidades do cotidiano escolar.

O aspecto didático-pedagógico se constitui como sendo uma das instâncias mais importantes da gestão, que envolvem o planejamento, participação, autonomia da equipe gestora e a articulação das questões educativas no universo escolar, baseada nas diretrizes educacionais e operacionais da rede municipal, definidos na proposta pedagógica e curricular da escola, sem deixar que seus objetivos e fins fiquem sujeitos apenas na decisão de um determinado grupo da gestão escolar.

No aspecto dos recursos financeiros, é importante destacar inicialmente como sendo elemento estruturante para desenvolvimento das ações educacionais, ou seja, é

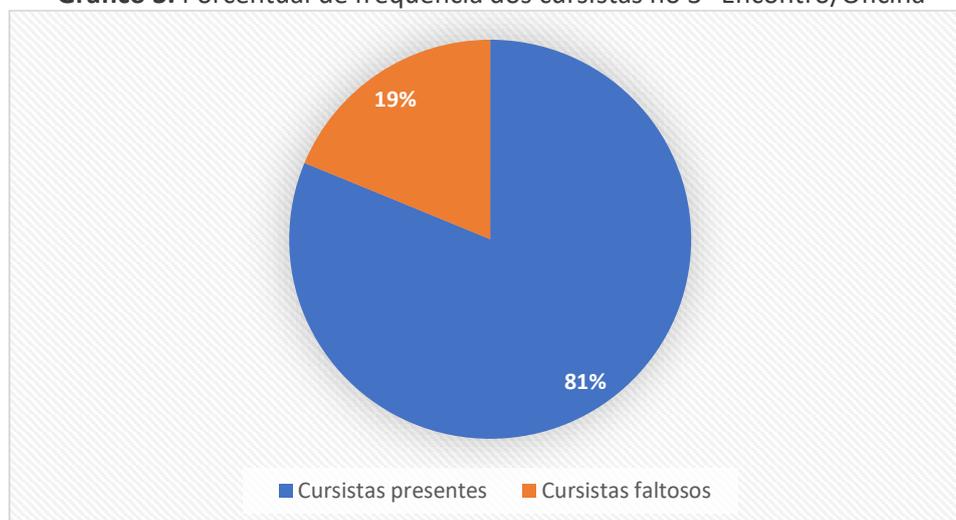
condição essencial para materialização dos instrumentos de ação e universalização do direito do ensino público de qualidade para todos.

Portanto, a partir desses aspectos, o próprio Projeto Político Pedagógico – PPP, refletirá esse planejamento e servirá de guia para que a gestão da educação e da escola, seja exercida de acordo com as proposições da coletividade, assumida como prática de reflexão crítica, diagnóstica e de tomada de decisões, e se constituirá como um dos principais documentos que representa a síntese da proposta de educação que a unidade escolar do/no Campo, pretende desenvolver do decorrer do ano letivo e como forma de contribuir para a construção da sociedade que a comunidade campesina almeja.

Esse projeto em construção, deve ser planejado e produzido por meio de reflexões e ações que envolvem a organização do trabalho escolar que devem ser destacados por aspectos essenciais como a necessidade do trabalho a ser realizado pelo coletivo que integra a comunidade escolar e, que esse coletivo reconheça a relevância desse projeto e do processo que envolve sua permanente construção e reconstrução.

Esse encontro ocorreu no dia 14/09/2022 no horário das 19 horas, também pela plataforma Google Meet com link para acesso à sala: <http://meet.google.com/rtx-sdja-cqo>, totalizando cerca de 104 (cento e quatro) participantes e assinantes na lista de presença, conforme indicada no gráfico abaixo:

Gráfico 3. Porcentual de frequência dos cursistas no 3º Encontro/Oficina



Fonte: Elaborado pelos autores baseados na lista de presença pelo Google Forms (2022).

Contudo, baseado nesse porcentual de 81% de cursistas presentes e 19% de cursistas ausentes ou faltosos, esse coletivo deve ser, sistematicamente, envolvido nesse processo de reflexão crítica, diagnóstico, tomada de decisões relacionadas com a organização do trabalho escolar assim como o envolvimento mútuo das dimensões (administrativa, pedagógico e financeira) com base nos elementos constitutivos que resulta no acompanhamento, planejamento e execução do PPP da unidade escolar.

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DA EDUCAÇÃO DO/NO CAMPO

Nesse tópico, destacamos que a forma de organização curricular da Educação do Campo, deve compreender todas as etapas e modalidades da Educação Básica, em conformidade com as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo e a Resolução CNE/CEB n. 1 de 2002, junto ao Projeto Político Pedagógico da escola. O intuito é de compreender o processo de gestão pedagógica do campo com turmas multianos, multietapas ou multisseriadas, evidenciando a concepção de currículo e definindo a estrutura curricular no universo escolar. Além disso, foi possível orientar para o planejamento as ações educativas, reconhecendo a dinâmica e as várias instâncias da prática social da vida humana como as relações de trabalho, sustentabilidade, educação ambiental, agroecologia, cultura, juventudes, movimentos sociais, sexualidade. Todas estas temáticas foram abordadas, conforme Figura 4.

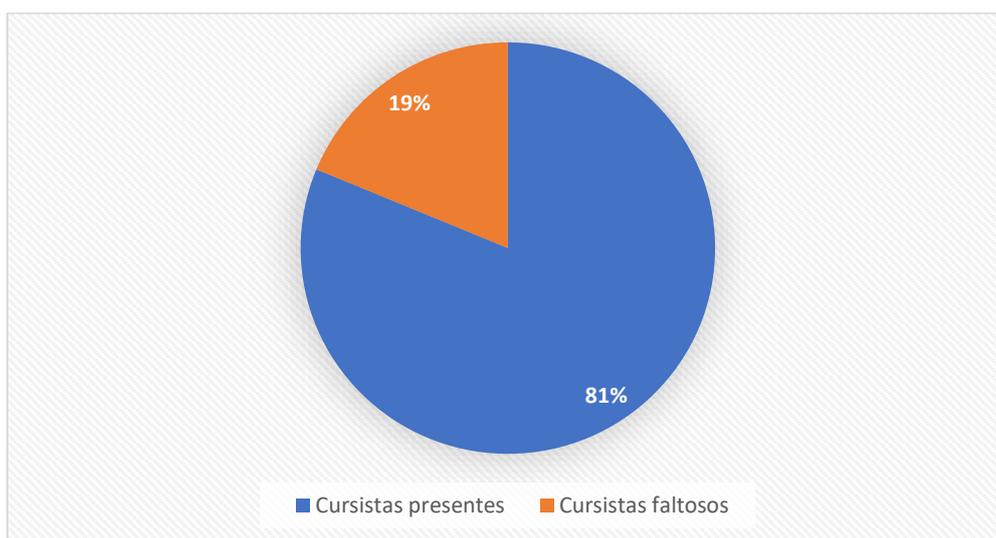
Figura 4 - Encontro/Oficina sobre a Organização Curricular da Educação do/no Campo



Fonte: Disponível no site: http://www2.uesb.br/gepemdec/?page_id=303

Esse encontro ocorreu no dia 28/09/2022 no horário das 19 horas, pelo Google Meet com link de acesso à sala: <http://meet.google.com/icd-wmfg-ace>, totalizando em torno de 104 (cento e quatro) participantes e assinantes na lista de presença, atingindo um percentual também de 81% de cursistas presentes e, 19% de cursistas ausentes ou faltosos conforme indicada no gráfico 4:

Gráfico 4. Percentual de frequência dos cursistas no 4º Encontro/Oficina



Fonte: Elaborado pelos autores baseados na lista de presença pelo Google Forms (2022).

Partindo desse nível de envolvimento e participação nos encontros formativos, a trajetória de construção da Política Pública de Educação do Campo no âmbito de cada Município participante, deve estar incluindo também a definição de seu lugar no sistema educacional como modalidade de ensino que abriga uma demanda que deve incluir as etapas da Educação Infantil, preferencialmente em classes específicas pré-escolar, o Ensino Fundamental anos iniciais e finais e Ensino Médio, - quando este obtiver demanda na rede municipal, além da modalidade da Educação de Jovens e Adultos, a Educação Especial na perspectiva inclusiva, Educação Profissional e Tecnológica, Educação Escolar Indígena, Educação Quilombola.

Pensar na perspectiva do currículo é pensar, sobretudo, sobre o que elegemos como formativo. Nesse sentido, as perguntas que fazemos quando vamos construir uma proposta curricular é: o que é formação? e quais saberes elegemos como formativos? As várias possibilidades de respostas que se anunciam com essas questões/indagações

demonstram que a proposição curricular é uma decisão política que nos remete às intencionalidades educativas que assumimos.

Portanto, conforme afirmação de Silva (2017), o currículo nas escolas do campo, deve preparar os seus educandos para a vida na sociedade, dentro de uma perspectiva emancipatória e humanística, e não para atender as exigências do universo do capital, implícitos nos planos de cursos, baseados em conteúdo prescritivo que priorizam apenas os conhecimentos sobre a inserção no mercado de trabalho com suas inovações tecnológicas, ainda que assegurados pelo poder público através da sua legislação nacional, que orientam o currículo nos diferentes sistemas de ensino.

De modo geral, de acordo com as afirmações dos autores Eça e Nunes (2021), o currículo pode ser considerado como conjunto de ações pedagógicas – ou de ações educativas – que envolve espaço, tempo, sujeitos e saberes influenciados por várias instâncias da prática social humana, seja, os movimentos sociais, as universidades e instituições de pesquisa, as tecnologias, o mundo do trabalho, cidadania, produção artística e cultural, dentre outros, além de atividades desportivas e corporais

Portanto, pensar, planejar e estruturar o currículo, mais precisamente no âmbito de uma base curricular, respeitando as particularidades e especificidades das modalidades de ensino nas respectivas idades/séries dos atores sociais, deve ser algo amplamente e conjuntamente analisado. Pois, o currículo assim compreendido, requer de todo modo, um comprometimento com a formação social e integral dos sujeitos implicados em contextos diversos e atravessados pelos marcadores da diferença de gênero, sexualidade, raça e credos.

EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE

A centralidade dessa temática está na promoção e compreensão da educação como direito fundamental e na estratégia para a inclusão de conhecimentos/saberes diversos e enfrentamento da discriminação e do preconceito. Para isso, foi necessário a introdução de uma abordagem da Educação na diversidade como reconhecimento e

valorização culturais das diversas populações, além de apresentar alguns conceitos significativos sobre as diversas populações e temáticas da diversidade.

Uma vez que, a proposta da implementação da Educação para a Diversidade deve promover o debate sobre a educação como direito fundamental e que precisa ser garantido a todos e todas sem qualquer distinção, promovendo a cidadania, a igualdade de direitos humanos, o respeito à diversidade sociocultural, étnico-racial, etária e geracional, de gênero e aos povos originários dessa nação, conforme card da figura 5.

O projeto “Políticas educacionais do Plano de Ações Articuladas (PAR) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em municípios da Bahia: desafios e perspectivas” é coordenado pela Dr^a Arlete Ramos dos Santos, professora titular da UESB, que, também, coordena o Grupo de Estudos e Pesquisas em Movimentos Sociais, Diversidade e Educação do Campo e da Cidade (GEPEDCECC) e, faz parte do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE)/UESB, atua na linha de pesquisa: Política Pública Educacional, especificamente com a Educação do no Campo. Participa desta pesquisa, docentes da UESB, UESC, PPGED/UESB e profissionais da educação básica. Ressaltamos que, consideramos este projeto como “guarda-chuva”, posto que dá origem a estudos desenvolvidos por estudantes do PPGEd/UESB, que fazem parte do GEPEDCECC.

Figura 5 - Encontro/Oficina sobre Educação para Diversidade

5º ENCONTRO/OFICINA - DMEC
Dia: 07/10/2022 as 19h

Tema:
EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE

ESP. VILMA AZEITE
GEPEDCECC/UESB

ME. ANTONY EÇA
DIFORT/UESB

DRA. JÚLIA OLIVEIRA
DCE/UESC

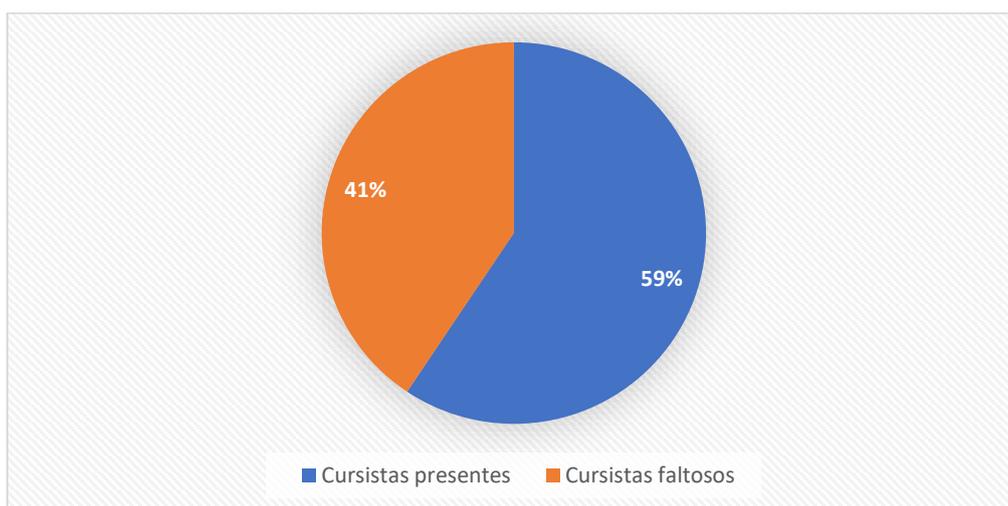
FORMACAMPO
EDUCAÇÃO DO CAMPO

Link de Acesso:
meet.google.com/icd-wmfg-ace

Fonte: Disponível no site: http://www2.uesb.br/gepemdecc/?page_id=303

Essa oficina ocorreu dia 07/10/2022 no horário das 19 horas, pelo Google Meet com link de acesso à sala: <http://meet.google.com/icd-wmfg-ace>, através do convite, demonstrada na figura acima, totalizando cerca de 76 (setenta e seis) participantes, atingindo um percentual de 59% de cursistas presentes e 41% de cursistas ausentes ou faltosos indicada no gráfico 5:

Gráfico 5. Percentual de frequência dos cursistas no 5º Encontro/Oficina



Fonte: Elaborado pelos autores baseados na lista de presença pelo Google Forms (2022).

Nesse encontro em formato de oficina, foi abordada a diversidade no âmbito da educação sempre como sendo motivo de grandes debates em todo o país e, a partir do lançamento dos Parâmetros Curriculares Nacionais pelo Ministério da Educação (BRASIL, 1997), a pluralidade cultural e a diversidade se destacam como um dos temas transversais, as quais, após a divulgação por meio da distribuições de cadernos temáticos em todas as escolas públicas brasileiras, as discussões e o reconhecimento da multiculturalidade e a interculturalidade ganharam mais visibilidade nos meios acadêmicos, e isso reverberou, essencialmente, nas unidades escolares, apontando como grande relevância social e educacional.

Dentre uma dessas ações e projeções, deu-se com o desenvolvimento da ação do “Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas, com políticas afirmativas das minorias étnicas” (FLEURI, 2003, p.16). Nesse sentido, é preciso compreender a

concepção de direito humano no exercício da cidadania imbuídos nas práticas pedagógicas, fomentando a Educação para as Relações Étnico-raciais, para os povos indígenas e quilombolas como necessária no atendimento às leis vigentes e respeito às diferenças.

Para isso, se torna imprescindível desenvolver metodologias de introdução desses conceitos na educação básica, especialmente, nas etapas e modalidade da Educação do Campo, oferecendo seminários, palestras virtuais, materiais didáticos e tecnológicos sobre os temas da diversidade e antes de tudo, possibilitar a formação continuada, mediante as redes de discussão em diversos cursos de formação de educadores para a diversidade oferecidos no âmbito da rede ou sistema municipal de ensino.

RECURSOS FINANCEIROS E O FINANCIAMENTO PARA A EDUCAÇÃO DO/NO CAMPO

O objetivo central desse encontro foi para orientar a construção do 5º Capítulo e finalização do Documento das Diretrizes Municipais da Educação do Campo – DMEC, em conformidade com a estrutura sugerida dentro do Plano de Trabalho apresentado anteriormente pela equipe de coordenadores territoriais. Nessa oficina, destacamos a importância de reconhecer o financiamento da educação como sendo elemento estruturante de provimento das políticas públicas educacionais, dos seus sistemas de ensino e de suas instituições ou unidades escolares, no nosso caso, - das Escolas do Campo.

Para além disso, compreender a divisão de competências e responsabilidades entre a União, Estados, Distrito Federal e Municípios nos diversos níveis, etapas e modalidades de ensino, requer um amplo entendimento do papel de destaque do FNDE considerado como o principal órgão de execução das políticas educacionais do nosso país, especificando sua missão e finalidade na execução da maioria das ações e Programas no âmbito da Educação Básica.

Essa abordagem fora discutida com os cursistas dia 21/10/2022, às 19 horas pela plataforma Meet com link de acesso à sala: <http://meet.google.com/afy-dxix-kmh>, conforme convite/card da figura 6, totalizando 105 (cento e cinco) participantes.

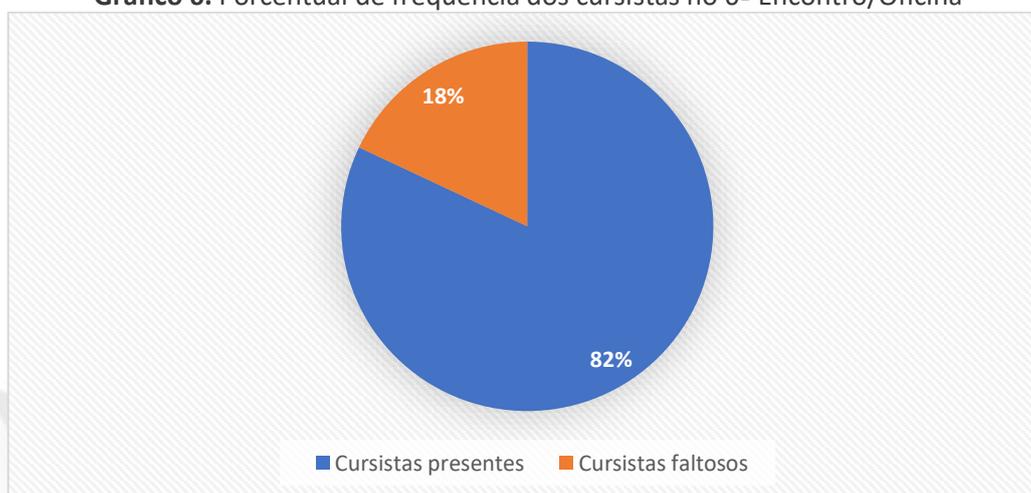
Figura 6 - Encontro/Oficina sobre Recursos Financeiros e Financiamento da Educação do/no Campo



Fonte: Disponível no site: http://www2.uesb.br/gepemdecc/?page_id=303

De acordo com o gráfico 6 demonstrado logo abaixo, dos 105 (cento e cinco) participantes, 82% dos cursistas compareceram ao encontro de formação e 18% não compareceram, considerando o encontro bastante produtivo e satisfatório do ponto de vista da temática abordada e da interação entre os participantes presentes.

Gráfico 6. Porcentual de frequência dos cursistas no 6º Encontro/Oficina



Fonte: Elaborado pelos autores baseados na lista de presença pelo Google Forms (2022).

A abordagem dessa temática, destacou a relevância de incluir no documento das DMEC, sendo que, em consonância com a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996), os municípios devem ofertar prioritariamente a Educação Infantil e o Ensino Fundamental de nove anos; os estados com oferta do Ensino Fundamental anos finais e Médio; e a União é responsável pela organização do sistema federal de ensino e na oferta do Ensino Superior pela redistribuição e complementação de recursos com intuito de combater desigualdades de oportunidades educacionais.

Embora não sejam suficientes, os recursos financeiros destinados à educação, é condição sine qua non, ou seja, necessária para materialização da produção do saber pela universalização do direito do cidadão a educação e ao ensino público de qualidade social para todos, como estabelecido no artigo 205 da CF (1988), “direito de todos e dever do Estado e da família”, devendo ser “promovida e incentivada com colaboração da sociedade”.

No entanto, historicamente, as bases legais para o financiamento da educação não seguiram de forma linear ao longo dos tempos. Sendo que, nesses percursos, enxergamos alguns avanços e progressos, como também retrocessos sobre passos de continuidade, descontinuidade, entre vinculações e desvinculações ao ponto de os recursos serem considerados como subsídio literário em sua gênese, até chegar ao recém reformulado FUNDEB em 2020, ou novo Fundeb, instituído como instrumento permanente de financiamento da educação pública brasileira, deixando de ser apenas um dispositivo transitório na Lei, tornando-o vitalício, apresentado aos cursistas sobre forma de quadro, conforme disposto abaixo:

Quadro 5: Mudanças significativas com o Novo FUNDEB

NOVO FUNDEB – EC 108/2020
Acrescentou o artigo 212-A na Constituição Federal de 1988 pela EC 108/2020;
Deixou de ser dispositivo transitório e passa a compor de modo vitalício no corpo da CF;

Maior participação da União;
70% dos recursos serão destinados aos profissionais da educação (não mais do magistério público), conforme inciso 11;
Distribuição dos recursos de forma híbrida para os estados e municípios;
Projeta maior equidade, adequação e formatação em relação à anterior;
Ameniza os problemas do custo-aluno-qualidade (CAQ);
Fora regulamentada em 31 de dezembro de 2020.
Necessitará de mais fiscalização, acompanhamento e transparência.

Fonte: Elaborada pelos próprios autores/coordenadores territoriais (2022).

Portanto, o FUNDEB a partir de 2021, através da EC 108/2020, regulamentado pela Lei n. 14.113, de 25 de dezembro de 2020, tornou-se um fundo permanente e vitalício, sendo considerado como uma conquista vitoriosa para os educadores e profissionais da educação com relação ao fundo anterior.

De acordo com a respectiva lei, pelo menos 70% dos recursos do Fundeb devem ser utilizados para remunerar os profissionais da educação pública, que nesse cálculo incluem-se todos professores e profissionais da área de suporte pedagógico, gestores escolares, planejamento, inspeção, supervisão, coordenação e orientação educacional. O demais 30% do dinheiro vai para outras despesas de manutenção e desenvolvimento da educação básica pública, como por exemplo, o aperfeiçoamento e treinamento do pessoal docente e dos profissionais da educação, a aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino, além do uso e manutenção de bens vinculados ao sistema de ensino. Para além disso, a atenção de atividades-meio necessárias ao funcionamento do ensino, como serviços de vigilância escolar, limpeza e conservação e aquisição de material didático-escolar e manutenção de transporte escolar.

Por fim, a educação, mesmo sendo considerada “um ordenamento jurídico de direito”, conforme apontada pelo filósofo Cury (2018), o investimento/financiamento dos recursos públicos no setor educacional, continuam sendo insuficientes, mas, se constitui ainda como sendo um dos pontos fundamentais para que se resolva tanto as questões das desigualdades sociais e econômicas no país, como também, é um meio para se obter a tão perspectivada educação pública, gratuita, de qualidade social e para todos.



5.

MAPEAMENTO DA PRODUÇÃO DAS DIRETRIZES DE EDUCAÇÃO DO CAMPO NOS TERRITÓRIOS E SEUS MUNICÍPIOS

MAPEAMENTO DA PRODUÇÃO DAS DIRETRIZES DE EDUCAÇÃO DO CAMPO NOS TERRITÓRIOS E SEUS MUNICÍPIOS

O mapeamento dos processos de produção em qualquer área, no nosso caso, da educação do campo, nos ajuda a compreender os fluxos de trabalho desenvolvidos sob uma determinada ação perspectivada. Nesse sentido, podemos compreender que se trata de uma ferramenta importante, a qual representa de forma visual através de quadros, gráficos e figuras numa sequência de atividades relacionadas ao percurso de formação continuada das profissionais que atuam na educação, junto as decisões envolvidas no processo.

Para coleta das informações sobre o andamento das produções da construção ou reelaboração do documento das Diretrizes Municipais da Educação do/no Campo, disponibilizamos por meio grupo WhatsApp, um formulário da plataforma google forms solicitando aos Coordenadores Municipais da Educação do Campo e representantes dos órgãos do Sistema de Ensino, ou seja, a Secretaria de Educação ou Conselho Municipal de Educação, a gentileza de preencher nos espaços, questionamentos a respeito da realidade do seu Município por Território de Identidade. O objetivo desse diagnóstico foi realizar o mapeamento e perceber o alcance das orientações recebidas durante os encontros formativos das DMEC pelo Programa Formacampo/2022.

Dessa maneira, pudemos obter uma visão geral dos caminhos e passos dados pelos construtores do documento em questão, e assim, poder analisar mais de perto as respostas, criando estratégias para socializar as ideias e sugestões para que todos tivessem acesso às informações, a fim de produzir e concluir as DMEC.

Quadro 6 - Diagnóstico/Mapeamento da Construção/(re) elaboração das DMEC

TERRITÓRIO IDENTIDADE/ MUNICÍPIOS	MUNICÍPIOS			DIAGNÓSTICO DAS DMEC			
	Total	Ativos	Desistiu	Finaliz a 2022	Finaliz a 2023	Não Iniciou	% Participaçã o
Sudoeste Baiano Aracatu, Belo Campo, Caetanos, Cândido Sales, Cordeiros, Encruzilhada, Jacarací, Licínio de Almeida, Porções, Tremedal	10	04	06	01	03	-	40%
Vale do Jequiriçá Cravolândia, Irajuba, Itaquara, Jaguaquara, Jequiriçá Lage, Lajedo do Tabocal, Maracás, Mutuípe, Nova Itarana, Planaltino, Santa Inês, São Miguel das Matas, Ubaíra	14	11	03	05	04	02	78%
Velho Chico Bom Jesus da Lapa, Ibotirama Igaporã, Paratinga, Serra do Ramalho, Sítio do Mato	06	05	01	03	02	-	85%
Médio Sudoeste Firmino Alves, Iguai, Itambé Itapetinga, Itarantim	05	04	01	03	01	-	80%
Litoral Sul Barro Preto, Canavieiras, Ilhéus*, Itabuna, Santa Luzia, São José da Vitória, Una	07	06	01	00	06	-	85%
Médio Rio de Contas Aiquara, Apuarema, Barra do Rocha, Boa Nova, Gongogí, Ibirataia, Ipiauí*, Jequié, Manoel Vitorino, Nova Ibiá	10	09	01	05	04	-	90%
Sertão Produtivo Guanambi, Iuiu, Malhada de Pedras, Palmas de Monte Alto, Pindaí, Sebastião Laranjeiras, Sítio do Mato	07	06	01	02	02	02	85%
TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE TERMO DE ADESÃO DOS MUNICÍPIOS	Adesão	Ativos	Desistiu	Finaliz a 2022	Finaliz a 2023	Não Iniciou	% geral Participaçã o
	59	45	14	19	22	04	
07 Territórios - 59 Municípios	PERCENTUAIS DO DIAGNÓSTICO/MAPEAMENTO DAS DMEC						
	100 %	77%	23%	42%	49%	9%	77%

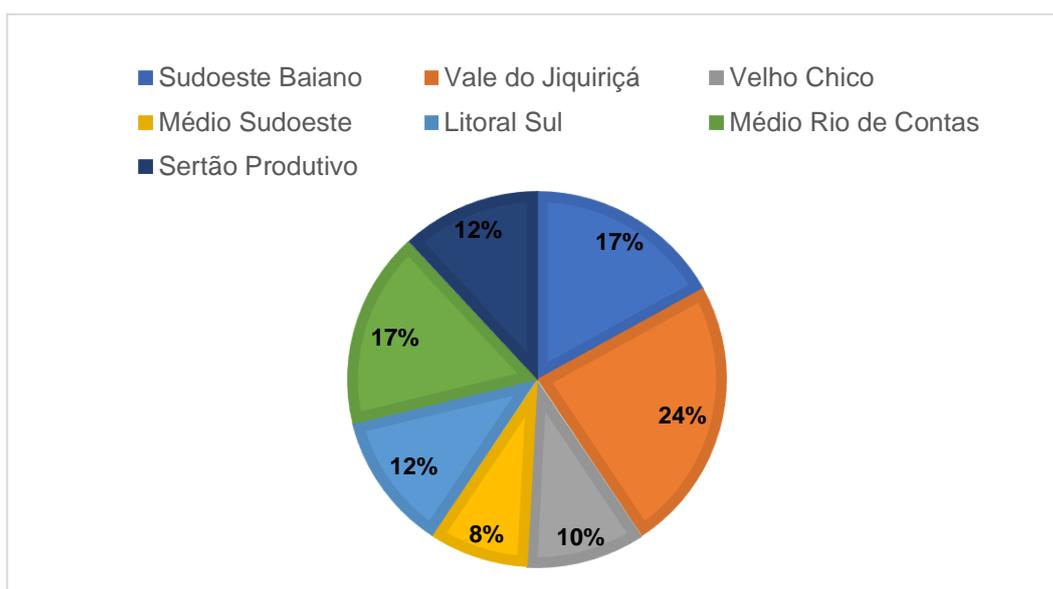
Fonte: Baseado no relatório do Diagnóstico/Mapeamento elaborada pelos próprios autores (2022)

Esse quadro apresenta uma síntese do diagnóstico em forma de mapeamento, a qual destaca, que entre os 07 (sete) Territórios de Identidade Baianos, 59 (cinquenta e nove) municípios firmaram compromisso mediante a assinatura do termo de adesão, indicando um coordenador técnico responsável pelas informações e pela multiplicação da formação com os demais educadores da rede de ensino.

De modo geral, em conformidade com o indicado no quadro 6, entre os 7 (sete) Territórios de Identidade, 77% dos Municípios permaneceram ativos no Programa e 23% desistiram durante o processo de formação.

Esse panorama pode ser visto com maior precisão, quando dividimos esses percentuais entre os Territórios de Identidade, o qual dispomos no gráfico 6.

Gráfico 6: Percentual de Municípios por Território de Identidade que firmaram e assinaram Termo de Adesão para o Programa Formacampo em 2022

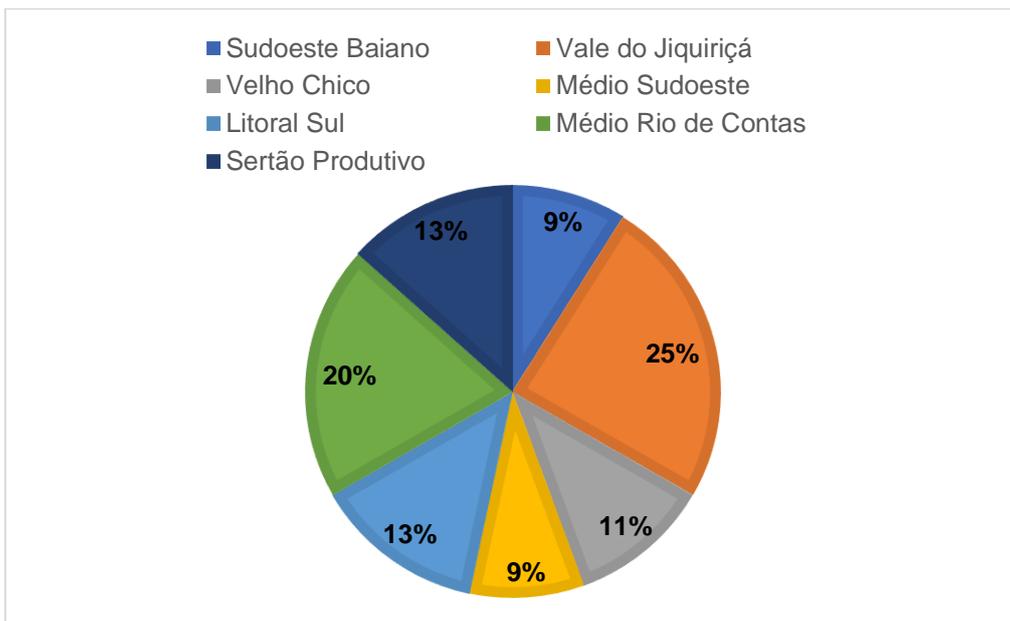


Fonte: Elaborada pelos próprios autores/coordenadores territoriais (2022).

Nesse percurso de formação continuada e em exercício, 45 (quarenta e cinco) municípios permaneceram ativos no curso/formação continuada, especialmente, na construção ou (re) elaboração do documento das Diretrizes Municipais da Educação do Campo, enquanto 14 (quatorze) municípios desistiram, mesmo depois de várias tentativas de busca ativa para o retorno à formação, acionada pelos coordenadores territoriais, via grupo específico do aplicativo WhatsApp.

Dentre os municípios mais atuantes no decorrer da formação, destacam-se os percentuais dos territórios de identidade no gráfico 7:

Gráfico 7: Percentual de Municípios por Território de Identidade que permaneceram ativos no Programa Formacampo em 2022



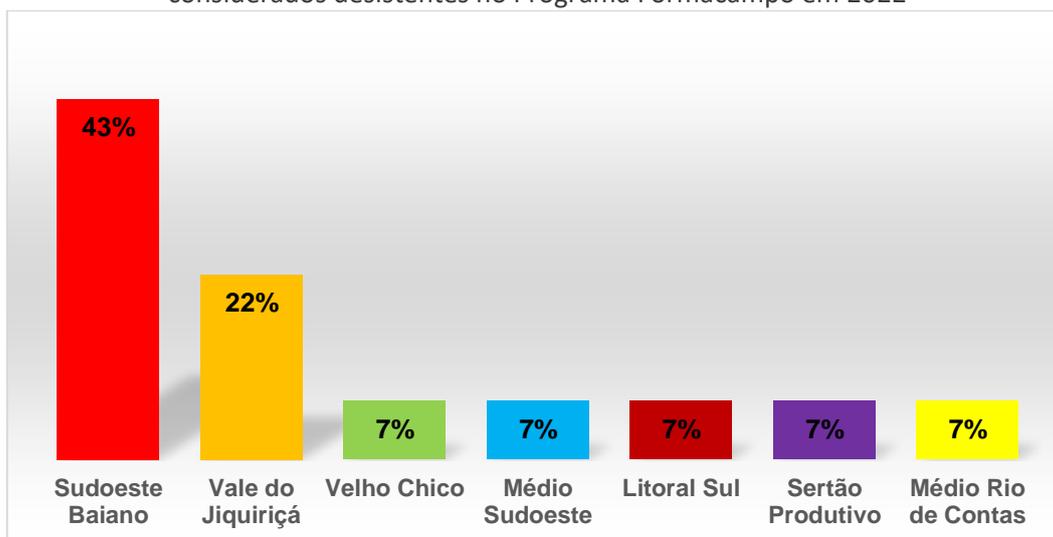
Fonte: Elaborada pelos próprios autores/coordenadores territoriais (2022).

Importante destacar nesse relatório técnico, conforme dados apurados, que os municípios ativos se empenharam bastante para o conhecimento acerca dos temas/temáticas abordadas nas livres e minicursos pelo Programa Formacampo, bem como nas reuniões e encontros para realização das Oficinas de orientações para as DMEC, pelas quais assumiram o comprometimento com possíveis mudanças no atual cenário da educação do Campo em seu Município, com proposição de ações transformadoras para a qualidade social da educação no sistema municipal de ensino.

Aos municípios, destacados em vermelho no quadro 6, que interromperam as formações, seja no cargo ou função de coordenador local ou de conselheiro específico da educação, apenas lamentamos profundamente a desistência, acreditando que algum momento ocorra a mobilização entre os envolvidos no processo educacional para os aperfeiçoamentos, uma vez que, a formação continuada é um ordenamento específico estabelecido como meta no Plano Nacional de Educação, assim como deve partir da necessidade que o profissional deva se apropriar das atualizações no campo de trabalho e vida social.

Essa configuração se apresenta por território de Identidade no gráfico 8.

Gráfico 8: Percentuais por Território de Identidade que NÃO permaneceram ativos, considerados desistentes no Programa Formacampo em 2022



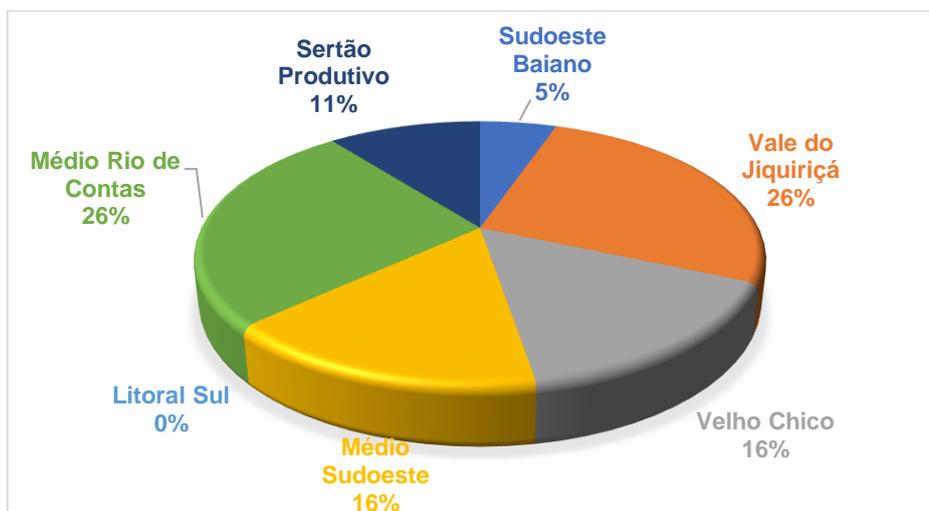
Fonte: Elaborada pelos próprios autores/coordenadores territoriais (2022).

Conforme apontado no gráfico, entre os territórios de identidade, 14 (quatorze) municípios foram considerados como desistentes, perfazendo um total de 6 (seis) do Sudoeste Baiano com percentual de 43%, 3 (três) do Vale do Jiquiriçá com 22%, 1(um) de cada Município dos territórios, ou seja, Velho Chico, Médio Sudoeste, Litoral Sul, Sertão Produtivo e Médio Rio de Contas, com percentual de 7% de cada Território de Identidade.

De acordo com o diagnóstico, identificamos que dentre os 45 (quarenta e cinco) municípios ativos, 19 (dezenove) informaram na pesquisa que finalizam a construção do documento no próximo mês de dezembro de 2022, enquanto 22 (vinte e dois) dos municípios atuantes que iniciaram o processo de elaboração das DMEC, finalizam em 2023, uma vez que, diante do processo eletivo e dos movimento no cenário político municipal, sobrecarregou tais ações, mas estes se comprometeram dar segmento ao processo de construção/elaboração do documento no ano seguinte.

Esses dados estão expressos no mapeamento, apontado nos gráficos 9 e 10.

Gráfico 9: Percentual de Municípios por Território que finalizam a construção/(re)elaboração do Documento das Diretrizes da Educação do Campo em 2022

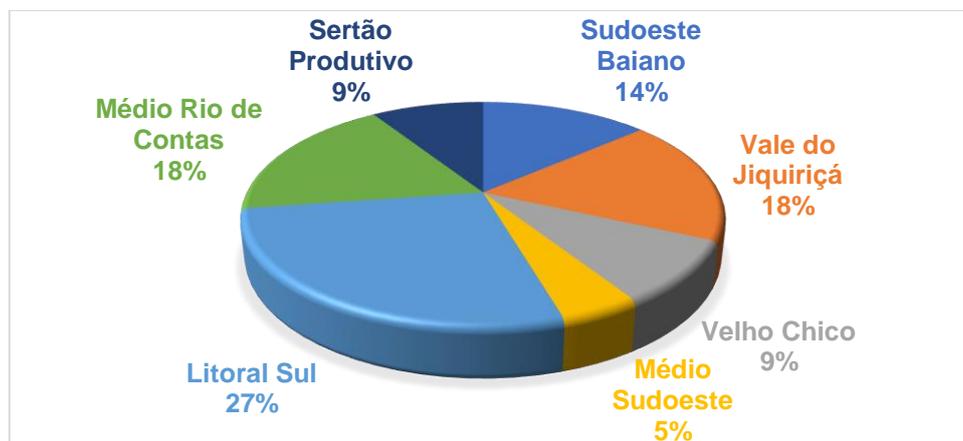


Fonte: Elaborada pelos próprios autores/coordenadores territoriais (2022).

De acordo com o gráfico acima, alguns municípios dos territórios de identidade baianos, tiveram o percentual de 26% do Médio Rio de Contas, 26% Vale do Jiquiriçá, 16% o Médio Sudoeste e o Velho Chico, 11% Sertão Produtivo e 5% Sudoeste Baiano, sinalizando que deu início a construção ou (re)elaboração das Diretrizes Municipais para a Educação do/no Campo e finalizará em dezembro de 2022.

Enquanto outros municípios pertencentes aos seus respectivos territórios de identidade, apontaram um percentual de 27% Litoral Sul, 18% Médio Rio de Contas e Vale do Jiquiriçá, 14% Sudoeste Baiano 9% Velho Chico e Sertão Produtivo e, 5% Médio Sudoeste, indicando que iniciaram a construção/(re)elaboração das Diretrizes para a Educação do Campo, mas, que finalizam em 2023, conforme gráfico abaixo.

Gráfico 10: Percentual de Municípios por Território de Identidade que iniciaram e finalizam a construção/(re)elaboração das Diretrizes para a Educação do Campo em 2023

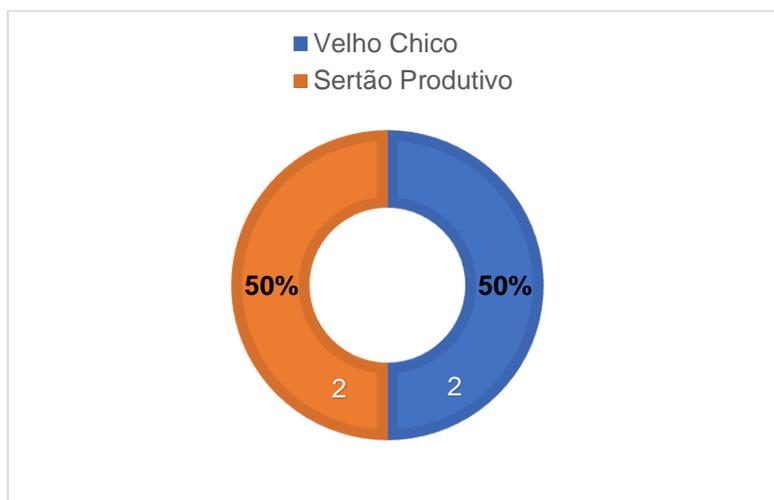


Fonte: Elaborada pelos próprios autores/coordenadores territoriais (2022).

Para além dessas informações, conforme demonstração no quadro acima, 04 (quatro) dos municípios envolvidos, pertencentes ao Território de Identidade, alguns coordenadores municipais, apesar de participar dos eventos, encontros e das lives promovidas pelo Programa, através da plataforma Meet, Canal Gepemdecc e TV Undime, indicaram que não tiveram tempo/condições, no âmbito de suas atividades, de iniciar o processo de construção/elaboração do documento, conforme apresenta o gráfico 11.

Ao passo que, 02 (dois) Municípios (Ipiaú e Ilhéus), apontaram que já possuem, implementado e publicado, o documento das Diretrizes Operacionais da Educação do Campo em sua respectiva rede municipal de ensino.

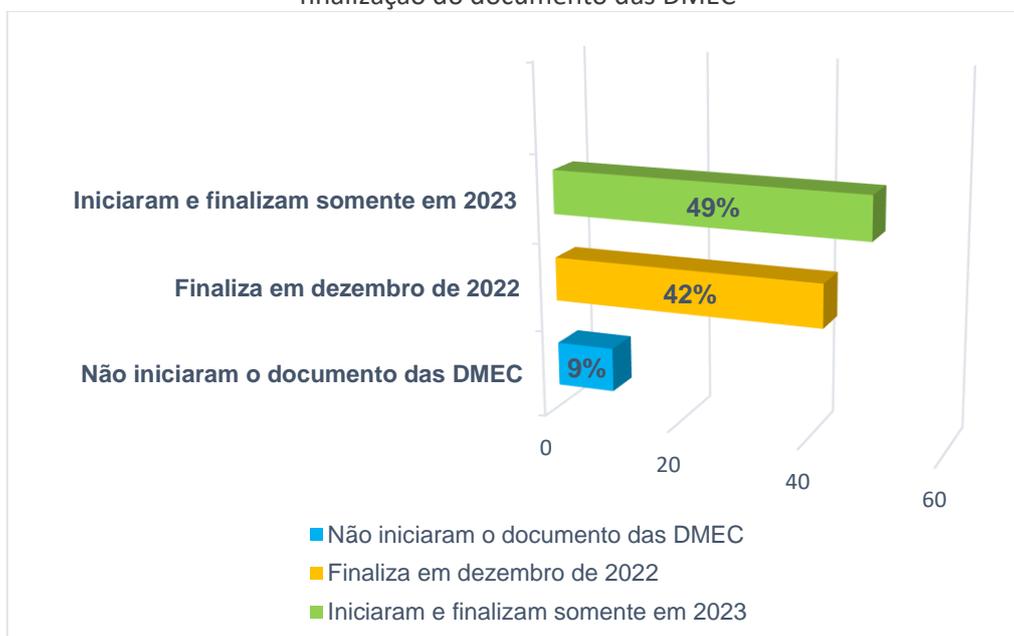
Gráfico 11: Percentual de Municípios por Território de Identidade que NÃO iniciaram o Documento das Diretrizes para a Educação do Campo/2022



Fonte: Elaborada pelos próprios autores/coordenadores territoriais (2022).

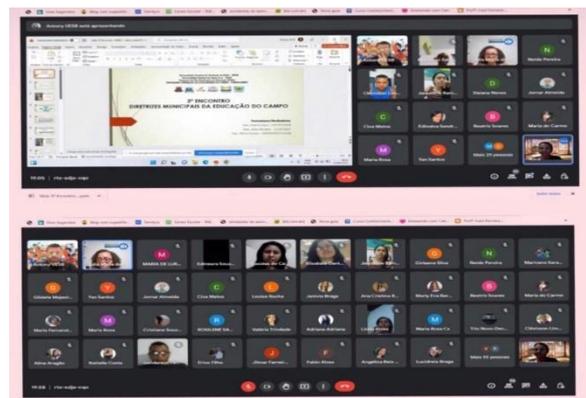
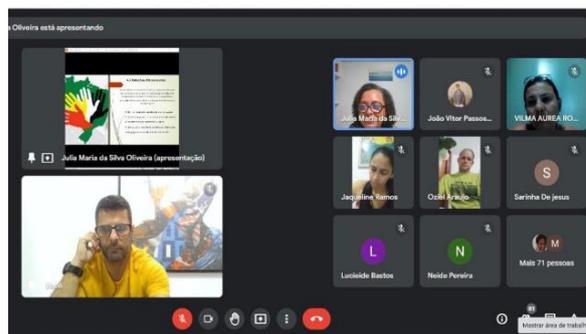
Assim, para melhor compreensão, podemos observar por um panorama geral, que entre os 7(sete) Territórios de Identidade Baianos, apenas 9% dos cursistas não iniciaram o documento das DMEC, 42% iniciaram e finalizam em dezembro de 2022 e 49%, após iniciado o documento, finalizam somente em 2023, conforme apontado no gráfico 12, apresentado no gráfico 12:

Gráfico 12: Percentual Geral dos 7(sete) Territórios de Identidade em relação ao início e finalização do documento das DMEC



Fonte: Elaborada pelos próprios autores/coordenadores territoriais (2022).

REGISTROS DAS ATIVIDADES SÍNCRONAS E ASSÍNCRONAS





Fonte: Programa Formacampo, disponível em http://www2.uesb.br/gepemdecc/?page_id=303





6.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este relatório técnico do Grupo 1, teve o propósito de demonstrar por meios de dados de estudos, a maneira como está configurado o processo de construção ou (re) elaboração das Diretrizes Municipais de Educação do Campo nos municípios baianos que fizeram a adesão ao Programa Formacampo em 2022. Trata-se de um trabalho de produção de grande importância e relevância para a consolidação da Educação do/no Campo como modalidade de ensino nos espaços atendidos, o qual, mediante a apresentação dos dados e informações, demonstra-se que os objetivos estabelecidos previamente estão sendo alcançados em um número significativo de redes municipais. Todavia, a equipe do Formacampo responsável pela referida ação extensionista está envidando esforços no sentido de orientar as demais redes de ensino que estão em processo de elaboração das DMEC para o ano de 2023.

Ao analisar os resultados obtidos e evidenciados nesse estudo, verificamos que a universidade pública cumpre uma importante função social junto à sociedade civil, ao proporcionar diversas atividades extensionistas, tão significativas para a garantia da educação pública, gratuita, de qualidade, e promotora de inclusão social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E DOCUMENTAIS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 01 de out. de 2022.

BRASIL. Lei 9394/96. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN**. Brasília -DF. 1996.

BRASIL. Lei 13.005 de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE)** e dá outras providências. In CONGRESSO NACIONAL. Legislação Republicana Brasileira. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso em 14/04/2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002**. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo, 2012a.

BRASIL. **Decreto nº 7352, de 04 de novembro de 2010**. Dispõe sobre a Política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), 2010.

BRASIL. **Parecer nº 36, de 04 de dezembro de 2001**. Estabelece Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Brasília. 2022. Disponível em <https://www.fnnde.gov.br/index.php>

BRASIL. Lei 14.113 de 25 de dezembro de 2020. **Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb)**, de que trata o art. 212-A da Constituição Federal; revoga dispositivos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007; e dá outras providências. Brasília 2020.

CARRIL. Lourdes de Fátima B. Os desafios da educação quilombola no Brasil: o território como contexto e texto. **Revista Brasileira de Educação**. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141324782017000200539&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso: 20 novembro de 2022.

EÇA, A. Cavalcante; COELHO, L. Andrade. Planejamento e construção do projeto político pedagógico: algumas considerações. **Ensino em Perspectivas**, Fortaleza, v. 2, n. 2, 2021.

EÇA, A. Cavalcante; NUNES, C. Pinto. **Aspectos implícitos da Base Nacional Comum Curricular: algumas implicações no contexto atual**. *Journal of Research and Knowledge Spreading*. 2021. 2(1), e12326, 2021

EÇA, A. C. **Narrativas sobre o Trabalho do Gestor Escolar: Desafios e implicações para construção da autonomia**. 165 fs. Dissertação – Programa de Pós-Graduação em Educação – UESB: Vitória da Conquista-Bahia, 2022.

FLEURI, Reinaldo Matias. **Intercultura e Educação**. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação. 2003. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/SvJ7yB6GvRhMgcZQW7WDHsx/?format=pdf&lang=pt>>

SILVA, Luciene Rocha. **A Política Municipal de Educação do Campo em Vitória da Conquista – Bahia, no período de 2010 a 2017**. Dissertação – Programa de Pós-Graduação Formação de Professores da Educação Básica – PPGE (Mestrado Profissional em Educação) – Universidade Estadual de Santa Cruz- UESC, *Campus Ilhéus*, 2017. 227 f

